



O FUTURO ● QUE AS MULHERES QUEREM

Uma visão do desenvolvimento
sustentável para todos

A ONU Mulheres gostaria de agradecer a todos que contribuíram para a elaboração deste documento.

Esta publicação e outras contribuições da ONU Mulheres para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foram possíveis graças ao apoio da Petrobras, Itaipu Binacional e Fundação Ford, assim como dos Governos da Austrália, Brasil (através da Secretaria de Políticas para as Mulheres), Dinamarca, Noruega, República da Coreia e Suíça.

© 2012 ONU Mulheres. Todos os direitos reservados.
Produzido nos Estados Unidos e impresso no Brasil.

Os pontos de vista expressos nesta publicação são dos autores e não representam necessariamente a posição da ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, nem de nenhum dos organismos afiliados.

Conteúdo, edição e layout: Suazion (Nova York, suazion.com)

Direção de arte: Dammsavage Studio (Nova York, dammsavage.com)

Tradução: Helena Silva

Revisão de texto (português): Júnia Puglia e Gisele Netto

Produção: A.K. Office Supplies (Nova York, akofficesupplies.com)

Fotografias: Bata Bhurji/Barefoot College (capa); ONU Mulheres/Karim Selmaoui (página 2); ONU/Kibae Park (páginas 4, 19, 24, 30); ONU/Desconhecido (páginas 7, 29); ONU/Eskinder Debebe (páginas 9, 20, 32); ONU/Evan Schneider (página 10); ONU/Eric Kanalstein (página 13); ONU/Sophia Paris (página 14); ONU/Kibae Park (página 24); ONU Mulheres/Gaganjit Singh (página 27); ONU/B Wolff (página 29); ONU/Albert González Farran (páginas 34, 37)

CONTEÚDO

PRÓLOGO	3
AVANÇANDO EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	5
NÃO TEMOS TEMPO A PERDER	5
CONSTRUINDO UM ALICERCE SÓLIDO	5
ADOTANDO UMA ABORDAGEM INTEGRADA	8
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PODER TRANSFORMADOR DAS MULHERES	11
ATUAÇÃO E LIDERANÇA DAS MULHERES	11
RESPONDENDO ÀS PRIORIDADES	13
Água potável e saneamento	14
Segurança alimentar e agricultura sustentável	17
Acesso à energia, eficiência e sustentabilidade	20
Cidades sustentáveis	23
Trabalho decente numa economia verde	25
Saúde	29
Educação	32
O FUTURO QUE AS MULHERES QUEREM	37
NOTAS	39



A Diretora-Executiva da ONU Mulheres Michelle Bachelet encontra com mulheres rurais da etnia Soulalyates, que lutam por direitos de propriedade e herança no Marrocos.

PRÓLOGO

A Rio+20 oferece aos líderes uma oportunidade de fortalecer os alicerces lançados há vinte anos, durante a Cúpula da Terra, em 1992, para a construção de um caminho em direção a um futuro sustentável.

Vinte anos atrás, os Estados-Membros da ONU concordaram de forma unânime em que “as mulheres têm um papel vital na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável”.

Vinte anos depois, ainda temos um longo caminho a percorrer para eliminar a discriminação e a violência contra as mulheres e obter direitos, oportunidades e participação iguais para elas. Um novo paradigma de desenvolvimento deve promover igualdade, direitos humanos e proteção ambiental.

Todos os dias, as mulheres administram os recursos domésticos e tomam decisões com impactos ambientais. Para que se possa avançar, a Rio+20 precisa encorajar ações específicas que promovam o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero, e que reduzam os impactos prejudiciais da pobreza das mulheres na saúde e no meio ambiente. Qualquer acordo deve reconhecer as contribuições das mulheres para o desenvolvimento sustentável.

A ONU Mulheres foi criada em 2010 para acelerar o avanço em relação à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Nosso trabalho – promover a liderança, a participação e as

oportunidades econômicas das mulheres; eliminar a violência contra mulheres e meninas; aumentar a participação das mulheres na construção da paz; e apoiar orçamentos e planos sensíveis a gênero – apoia o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Para o bem das gerações presentes e futuras, devemos estimular e desenvolver toda a inteligência e as capacidades coletivas dos seres humanos. Levando em conta o aumento no nível dos oceanos, a crescente desigualdade e a degradação ambiental, a liderança e a participação plena e igualitária das mulheres não são mais uma opção, mas uma necessidade urgente se quisermos alcançar transformações estruturais rumo ao desenvolvimento sustentável, que precisa acontecer em todos os níveis e esferas da sociedade.

É com orgulho que apresento este relatório, que destaca a centralidade da igualdade de gênero e dos direitos e empoderamento das mulheres para o desenvolvimento sustentável, e aponta o caminho a seguir, com recomendações para a construção do futuro que as mulheres querem.



Michelle Bachelet

Subsecretária-Geral e Diretora-Executiva
da ONU Mulheres





AVANÇANDO EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

NÃO TEMOS TEMPO A PERDER

Desde a primeira Conferência do Rio, em 1992, o mundo tem vivido diversas crises sociais, econômicas e ambientais, com sérios custos humanos para muitos daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, pobreza e desvantagem. Aproximadamente dois terços dos serviços da natureza estão em declínio no mundo inteiro, e as mudanças climáticas apresentam ameaças sem precedentes à humanidade.

As altas nos preços mundiais dos alimentos, primeiro em 2008 e novamente em 2011, empurraram milhões de pessoas para a pobreza. Entre 2010 e 2011, os custos dos alimentos, sozinhos, mantiveram 49 milhões de pessoas na pobreza e levaram ao aumento da subnutrição.¹ As famílias urbanas chefiadas por mulheres foram particularmente atingidas – as mulheres estão desproporcionalmente representadas entre os pobres do mundo. A crise alimentar continua sendo uma séria ameaça à vida de milhões de pessoas; os papéis sexuais arraigados fazem com que o impacto seja maior para as mulheres, em seus papéis de produtoras de alimentos cultivados e processados e de responsáveis pela nutrição da família.

Quatro anos após a crise financeira de 2008-2009, a recuperação da economia mundial ainda é incerta. Estima-se que as economias avançadas terão um crescimento um pouco superior a 1% em 2012; os países em desenvolvimento, que sustentaram a economia mundial após a crise, terão um crescimento mais lento. O desemprego permanece elevado na maioria dos países desenvolvidos, ainda bem acima dos níveis pré-crise, mas nos países em desenvolvimento a recuperação do emprego tem sido mais forte. Os impactos da recessão, do desemprego e do baixo crescimento econômico sobre mulheres e homens diferem devido a normas e estereótipos de gênero que continuam a perpetuar a discriminação em muitas áreas, inclusive no acesso aos bens produtivos e à justiça.

A urgência em encontrar um novo marco de desenvolvimento global é maior do que nunca. O modelo dominante de desenvolvimento econômico tem conduzido a um crescimento desigual dentro dos países

e entre eles, o que contribui para gerar exclusão econômica e social. Um novo marco que responda às questões de gênero deve ser levado em conta na sustentabilidade ambiental, no crescimento inclusivo, na igualdade de gênero e na inclusão social.

CONSTRUINDO UM ALICERCE SÓLIDO

Além de uma forte ação para proteger o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável requer resultados concretos em compromissos internacionais para erradicar a pobreza, promover os direitos humanos e avançar a igualdade de gênero.

Em 1945, a Carta das Nações Unidas reafirmou a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor de cada ser humano, na igualdade de direitos de homens e mulheres, assim como de nações grandes e pequenas. Ela expressava determinação em promover o progresso social e melhores condições de vida num contexto de ampla liberdade.² Neste âmbito, os defensores da igualdade de gênero na sociedade civil, nos governos e no Sistema ONU têm trabalhado por direitos iguais para mulheres e meninas em termos econômicos, sociais e ambientais.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), de 1979 – um resultado significativo desses esforços – fez com que todos os Estados signatários se comprometessem a tomar medidas nos campos político, social, econômico e cultural no sentido de garantir às mulheres o exercício pleno dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Em seus diálogos com os representantes dos governos, o Comitê da CEDAW conclamou os Estados signatários a incluir a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como um dos princípios que perpassam todas as áreas, inclusive meio ambiente e mudança climática.³

Em 1987, o relatório da Comissão Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, introduziu um novo modo de pensar sobre o desenvolvimento sustentável, definindo-o como o desenvolvimento que “atende

às necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. Essa definição lançou o fundamento para uma abordagem do desenvolvimento sustentável que enfatiza a responsabilidade intergeracional e define as três dimensões desse desenvolvimento, que estão interligadas e se reforçam mutuamente: econômica, social e ambiental.

Durante a década de 1990, a comunidade internacional se reuniu em uma série de conferências internacionais e assumiu compromissos globais em relação ao desenvolvimento sustentável, ao financiamento do desenvolvimento, às questões populacionais e aos direitos humanos, assim como à ênfase na igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a Declaração do Rio e a Agenda 21 estabeleceram um marco para responder aos desafios enfrentados pela comunidade global nas três dimensões centrais do desenvolvimento sustentável.⁴

O Princípio 20 da Declaração do Rio estabeleceu que “as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável”⁵. Além disso, o Capítulo 24 da Agenda 21 recomendou

que os governos nacionais desenvolvessem estratégias para “eliminar os obstáculos constitucionais, jurídicos, administrativos, culturais, comportamentais, sociais e econômicos à plena participação das mulheres no desenvolvimento sustentável e na vida pública”.

Muitos dos progressos feitos no marco normativo para o desenvolvimento sustentável em nível internacional devem ser creditados aos movimentos de mulheres. Por todo o mundo, as mulheres líderes têm incidido sobre as questões ambientais, os direitos das mulheres e o bem-estar de suas comunidades.

Desde a Cúpula da Terra, o trabalho pelo desenvolvimento sustentável tem integrado progressivamente as dimensões econômica, social e ambiental, com uma forte ênfase na erradicação da pobreza. Em 2002, o Plano de Implementação de Joanesburgo avaliou o progresso feito desde a Cúpula da Terra e discutiu formas de avançar ainda mais a implementação da Agenda 21. Esse Plano constatou que a erradicação da pobreza é o maior desafio mundial contemporâneo e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, em particular nos países em desenvolvimento. Além disso, destacou as áreas em que um trabalho específico era necessário para avançar na igualdade de gênero, incluindo a promoção da igualdade de acesso e total participação das mulheres na tomada de decisão em todos os níveis; a transversalização da perspectiva de gênero em todas as políticas e estratégias; a eliminação de todas as formas de

QUADRO 1. 1992: Agenda 21 conclama a uma ação mundial pelas mulheres

O Capítulo 24 da Agenda 21 – Ação Mundial pelas Mulheres Visando a um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo – contém referências e recomendações sobre diversos temas, incluindo eliminação da violência contra as mulheres; fortalecimento de organismos, ONGs e grupos de mulheres; avanço da participação e do acesso das mulheres à tomada de decisão, educação, emprego e crédito; apoio a atividades de cuidado não remuneradas das mulheres e aos compromissos relacionados ao planejamento familiar; e reconhecimento das contribuições das mulheres para a redução dos padrões não sustentáveis de consumo e produção. A Agenda 21 também exige ações concretas nas áreas de pesquisa, coleta de dados e difusão da informação.

A Agenda 21 foi revolucionária, uma vez que exigiu tanto disposições institucionais quanto recursos financeiros para sua efetiva implantação. Ela instou o Secretário Geral a avaliar “todas as instituições da ONU, inclusive aquelas com foco especial no papel das mulheres, no que se refere ao cumprimento dos objetivos ambientais e de desenvolvimento, e fazer recomendações no sentido de reforçar a capacidade das mesmas”.

violência e discriminação contra as mulheres; e a garantia de acesso pleno e igualitário a oportunidades econômicas, crédito, educação, serviços de saúde, terra e recursos agrícolas.

A Cúpula da Terra também contribuiu para a criação de três acordos ambientais significativos, que ficaram conhecidos como as Convenções do Rio: a Convenção das Nações Unidas sobre o Combate e Controle da Desertificação, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Enquanto as duas primeiras promoveram a perspectiva de gênero desde o início, a UNFCCC não a incorporou originalmente. No entanto, a consciência dos vínculos entre as questões de igualdade de gênero e mudança climática tem aumentado desde então, inclusive com a decisão crucial de 2001, de alcançar a paridade de gênero em todos os órgãos criados no âmbito da UNFCCC, assim como com os Acordos de Cancún, de 2010, e a Plataforma de Durban, de 2011, que integram as múltiplas dimensões de gênero. Durante as duas últimas décadas, a UNFCCC tem experimentado igualmente uma evolução importante ao ampliar seu foco ambiental, a partir da redução da emissão de gases de efeito estufa, para a inclusão das dimensões econômica e social da adaptação, aproximando-se, assim, de uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento sustentável.

Em 1995, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres adicionou uma nova dimensão ao discurso sobre o desenvolvimento. A Plataforma de Ação de Pequim liderou a mudança na abordagem usada no desenvolvimento, que tinha um foco limitado nas mulheres, para uma abordagem mais ampla, com foco nas relações de gênero. A Plataforma identificou os direitos humanos, a transversalização de gênero e o desenvolvimento das parcerias entre mulheres e homens como fatores estratégicos para a busca da igualdade de gênero.⁷ A Plataforma afirmou que os seres humanos estão no centro da preocupação com o desenvolvimento sustentável e que as mulheres têm um papel essencial a desempenhar no desenvolvimento de padrões de produção e consumo, bem como de ideias sobre o manejo dos recursos naturais.

O progresso que os governos fizeram na implementação da Plataforma de Ação de Pequim foi avaliado em três ocasiões diferentes: em 2000, 2005 e 2010. Essas avaliações explicitaram a importância da participação e dos benefícios para as mulheres no contexto ambiental, comprovando e atualizando de modo efetivo a



Declaração do Rio e a Agenda 21. Os governos têm feito alguns esforços para fortalecer os mecanismos institucionais de transversalização das perspectivas de gênero no setor ambiental. Os países têm igualmente relacionado de forma progressiva a igualdade de gênero e o meio ambiente nas estratégias e nos planos de ação nacionais. Apesar desses esforços, os programas e as políticas ambientais não têm levado em conta de maneira consistente as diferenças de gênero no acesso e controle dos recursos naturais ou no impacto da degradação ambiental sobre mulheres e homens. As instituições continuam a sofrer com a falta de capacidade, conhecimento e competência para integrar as perspectivas de gênero ao desenvolvimento sustentável e à gestão dos recursos naturais, especialmente no que diz respeito à mudança climática.⁸

Esses marcos normativos e planos de ação globais têm definido claramente os princípios e as ações relativos à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável: uma abordagem ao desenvolvimento centrada nas pessoas e a integração sistemática das perspectivas de gênero em todas as políticas, ações e estratégias no âmbito do desenvolvimento sustentável. Porém, várias análises têm demonstrado que o desenvolvimento significativo dos marcos políticos globais não tem se traduzido em efetiva implementação em nível nacional.

QUADRO 2. **Plataforma de Ação de Pequim sobre mulheres e meio ambiente**

A Plataforma de Ação de Pequim dedicou uma das suas doze áreas de atenção às mulheres e ao meio ambiente, além de focalizar as relações entre as mulheres e a pobreza e as questões econômicas e sociais, tais como saúde e educação.

O Objetivo Estratégico K da Plataforma de Ação de Pequim recomendou ações em três áreas: (i) envolver a participação ativa das mulheres na tomada de decisões ambientais em todos os níveis; (ii) integrar as preocupações e perspectivas de gênero às políticas e programas de desenvolvimento sustentável; e (iii) fortalecer ou estabelecer mecanismos, em nível nacional, regional e internacional, para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento e meio ambiente sobre as mulheres.

A Plataforma exorta à integração da perspectiva de gênero na concepção e implementação de mecanismos de manejo dos recursos naturais que sejam sustentáveis e ecologicamente sólidos e no desenvolvimento de infraestruturas nas áreas rurais e urbanas; à proteção efetiva e o uso do conhecimento, das inovações e das práticas das mulheres; e à participação das mulheres na tomada de decisões sobre a gestão de recursos e elaboração de políticas para o desenvolvimento sustentável.

Na Cúpula do Milênio do ano 2000, Chefes de Estado e de Governo decidiram “promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável”⁹. O trabalho da Cúpula culminou na definição dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a serem alcançados até 2015. Um desses objetivos (ODM 3), foi dedicado à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres, incluindo várias metas e indicadores sensíveis a gênero. Entretanto, os objetivos de sustentabilidade ambiental, ODM 7, e de parceria mundial, ODM 8, eram e continuam sendo neutros em relação a gênero. O progresso limitado das mulheres no âmbito dos ODM sugere que os esforços para alcançar esses objetivos estavam insuficientemente fundamentados no marco político global sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Hoje a comunidade internacional está em outra conjuntura. As discussões que conduziram à Rio+20 centralizaram-se em uma série de objetivos do desenvolvimento sustentável. Em setembro de 2013, a Assembleia Geral realizará uma cúpula para analisar o progresso em relação ao alcance dos ODM. Como o foco da atenção está se voltando para a formulação da agenda de desenvolvimento pós-2015, o Secretário-Geral nomeará um Painel de Especialistas de Alto Nível para orientar discurso sobre desenvolvimento no futuro.

Independentemente da forma final que terá, o marco de desenvolvimento pós-2015 deverá integrar plenamente as questões de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres em todos os objetivos, e ser construídos com base nos princípios da universalidade, dos direitos humanos, da igualdade, do progresso centrado nas pessoas e da responsabilização. Deverá, também, priorizar a igualdade de gênero como um objetivo abrangente em si mesmo, com indicadores e metas que englobem as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

ADOTANDO UMA ABORDAGEM INTEGRADA

Somente uma abordagem integrada pode construir o equilíbrio entre as demandas presentes e futuras do progresso econômico através das gerações, a justiça social e uma utilização dos recursos naturais que respeite o meio ambiente e o desenvolvimento ecológico. Embora o êxito em cada uma das três dimensões do desenvolvimento sustentável seja importante para o empoderamento das mulheres, isto não é suficiente, tornando indispensável adotar uma abordagem integrada. Isso implicaria uma mudança para um modelo de desenvolvimento sustentável, no qual as dimensões econômica, social e ambiental envolvam as mulheres como beneficiárias, líderes e contribuintes de um crescimento inclusivo, justo

e socialmente equitativo, e que administre de forma eficiente os recursos e o meio ambiente.

Dimensão econômica: O crescimento inclusivo é um elemento crucial para assegurar que os resultados dos esforços do desenvolvimento sejam distribuídos de forma equitativa. Quando as mulheres têm acesso adequado a recursos e oportunidades e participam em pé de igualdade da vida econômica, estão em melhor posição para cumprir seus papéis como condutoras dos resultados do desenvolvimento e aproveitar as vantagens do crescimento econômico inclusivo e sustentável. Evidências mostram que isso não apenas beneficia as próprias mulheres, mas também contribui para o crescimento econômico. Todavia, a feminização da pobreza, o trabalho não remunerado das mulheres, sua concentração em empregos informais e precários, as restrições ao seu acesso aos recursos produtivos e ao capital, a falta ou ausência de representantes e de vozes femininas nas instâncias decisórias-chave limitam as contribuições das mulheres à produtividade, à eficiência e ao desenvolvimento sustentável. Novos passos são necessários para integrar as perspectivas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres às políticas e estratégias do crescimento econômico, redução da pobreza, infraestrutura econômica e financeira, assim como para dar a mulheres e homens igual acesso a bens e recursos produtivos (como terra e outros bens, e financeiros), trabalho decente e serviços essenciais (como energia e água).

Dimensão social: A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são aspectos fundamentais da justiça social. As normas sociais, os estereótipos sexuais, o acesso limitado e desigual a recursos e serviços de educação e saúde, além de outros direitos não satisfeitos, restringem a capacidade das mulheres de participar de forma plena e equitativa de todos os aspectos da vida.¹⁰ Apesar do progresso no marco normativo para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nas últimas décadas, há um longo caminho a ser percorrido para garantir os direitos das mulheres no âmbito da família, da comunidade e da sociedade. Dentre vários exemplos, pode-se mencionar o das mulheres indígenas, que carecem de muitos direitos e são praticamente esquecidas ou deixadas de lado por políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento que não oferecem proteções ambiental e social que contemplem sua exclusão social. Políticas sociais que compreendessem os princípios de inclusão, equidade e

sustentabilidade ambiental contribuiriam para a criação de um ambiente propício para um crescimento mais distributivo e benéfico para todas as categorias sociais de mulheres e homens – e, conseqüentemente, para avançar a concretização do desenvolvimento sustentável.

Dimensão ambiental: As mulheres que são produtoras, trabalhadoras e administradoras de recursos da agricultura contribuem para influenciar a produção e o consumo sustentáveis, proteger o meio ambiente e a biodiversidade, preservar o conhecimento tradicional e ALOCAR recursos apropriados e sustentáveis nas famílias e nas sociedades. As agricultoras tomam decisões em condições altamente limitadas que muitas vezes as forçam a adotar modelos de produção que negligenciam a preocupação com o desenvolvimento sustentável. No contexto da economia do cuidado, as mulheres que vivem em situação de pobreza têm de administrar diferentes alocações de recursos escassos, incluindo água e energia. Isto se evidencia mais particularmente quando elas são confrontadas com a degradação ambiental, que aumenta seu fardo de cuidado. Além disso, a pobreza afeta seus padrões de consumo e a gestão global dos recursos naturais pela comunidade. Oferecer às mulheres oportunidades e recursos e engajá-las nos processos decisórios relativos ao meio ambiente poderiam melhorar os meios de subsistência e o bem-estar de comunidades inteiras em áreas que avancem em direção à sustentabilidade.







O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PODER TRANSFORMADOR DAS MULHERES

ATUAÇÃO E LIDERANÇA DAS MULHERES

As mulheres se organizaram em todos os níveis – desde o comunitário até o nacional e o internacional – para advogar pela igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, pelo desenvolvimento centrado nas pessoas nos marcos de políticas e financiamento, para desenvolver iniciativas concretas que melhorem a vida das mulheres e de suas comunidades, e para integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

A mobilização e o chamado das mulheres em favor da mudança têm acontecido em tipos muito diferentes de organizações da sociedade civil, governos locais e nacionais e setores econômicos formais e informais. As mulheres têm desafiado as relações de poder existentes, as leis, políticas e instituições discriminatórias, e advogado pelos seus direitos, incluindo o de participar plenamente das decisões que moldam suas vidas, seja em relação ao acesso à água e a fontes de energia seguras, ou ao desenvolvimento de normas globais. De modo semelhante, analistas econômicas feministas têm dado importantes contribuições ao destacar o papel das mulheres no trabalho de cuidado não remunerado, que mantém comunidades e economias, mas

que é ignorado nos sistemas nacionais de contabilidade e formulação de políticas.

As mulheres desafiaram com êxito a imagem tradicional que se tem delas como vítimas e provaram ser agentes de transformação, inovadoras e tomadoras de decisão. A atuação das mulheres tem conduzido a reações e repercussões graves, como demonstrado no documento da Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, que documentou 33 casos de violência contra mulheres que trabalham nas questões ambientais entre 2004 e 2009.

O sucesso da liderança e organização das mulheres em favor da mudança pode ser visto nos crescentes apelos, feitos por diferentes partes interessadas, por investimentos nas mulheres e meninas, pelo crescimento econômico, redução da pobreza ou outros objetivos. Essa nova abordagem cria novas oportunidades para a promoção da igualdade, inclusão e estratégias centradas nas pessoas.

Um importante ponto de entrada para que as mulheres promovam e liderem soluções para o desenvolvimento sustentável tem sido o nível local (comunitário). As mulheres e os homens em comunidades locais não apenas enfrentam diretamente problemas específicos,

QUADRO 3. **As iniciativas das mulheres em nível local**

Organizações como a Associação de Mulheres Autônomas, a HomeNet, a StreetNet e a Associação de Mulheres Rurais do Uruguai têm histórias de sucesso sobre a transformação social através da mobilização coletiva de mulheres pobres do setor informal. No Peru, uma instituição dirigida por uma mulher, o Grupo Ciudad Saludable, organiza catadores informais e desprotegidos – a maioria mulheres – para coletar, reciclar e eliminar resíduos para uma população total de quatro milhões de pessoas de comunidades urbanas pobres e comunidades rurais. Esta iniciativa está sendo replicada no México e na Venezuela.¹² De modo semelhante, grupos de agricultoras no Malawi lideraram a mudança do convencional plantio “em fileiras” das culturas únicas para o plantio de diferentes culturas “em covas”, como resultado de suas observações sobre o rendimento das colheitas, a retenção da umidade e a provisão de sombra das culturas mais altas, como o milho, sobre outras que crescem em plantas menores.¹³

como também são os mais motivados a resolvê-los. As lições aprendidas demonstram que a força coletiva de mulheres e homens é necessária para provocar mudanças e identificar soluções no nível comunitário.

As comunidades – frequentemente dirigidas por grupos de mulheres – têm se engajado e resolvido muitas questões ligadas à terra, moradia, subsistência e acesso a serviços (como água, energia e manejo de resíduos). Entretanto, essas intervenções em pequena escala não

são sustentáveis por si mesmas. Soluções sistemáticas e ajustáveis são necessárias para tratar as questões sistêmicas do desenvolvimento sustentável e colocar a redução da pobreza e a igualdade de gênero no âmago das intervenções. As boas práticas mostram que as parcerias estratégicas entre os governos e a sociedade civil podem conduzir a mudanças por meio de reformas jurídicas e regulamentares, planejamento, orçamento e monitoramento e avaliação de políticas e programas.

QUADRO 4. **A atuação das mulheres transforma políticas**

Por todo o mundo, mulheres líderes têm se levantado em defesa do meio ambiente, dos direitos das mulheres e do bem-estar de suas comunidades.

Wangari Muta Maathai (1940-2011) está entre as líderes mais conhecidas – por seu papel como fundadora do Movimento Cinturão Verde no Quênia, em 1977, e como a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz, em 2004. A Sra. Maathai organizou um movimento que plantou mais de 47 milhões de árvores por toda a África, e estimulou um novo modo de pensar e agir que vincula democracia a desenvolvimento sustentável. Outros movimentos menos conhecidos também podem dar uma panorama da influência da militância de gênero.

Um êxito mais recente está relacionado à mudança climática. Os ativistas da igualdade de gênero ao redor do mundo têm chamado cada vez mais a atenção para as dimensões de gênero no marco político internacional sobre mudança climática. A Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que é a principal referência internacional para o tema, foi negociada pela Assembleia Geral em 1990 e assinada no Rio de Janeiro dois anos mais tarde. O instrumento original enfocava as estratégias de mitigação e não tratava da perspectiva de gênero. Em 2007, o documento foi ampliado para receber adaptações sobre questões econômicas e sociais relacionadas, com a adoção do Plano de Ação de Bali. Nesse mesmo ano, a Aliança Global sobre Gênero e Clima reuniu vários organismos da ONU e da sociedade civil para ampliar a conscientização, reforçar as capacidades dos negociadores e parceiros e incidir pela inclusão da dimensão de gênero nas decisões da UNFCCC. A ONU Mulheres se uniu a esses esforços e trabalhou de forma estreita com as partes interessadas, incluindo organizações femininas como a Organização das Mulheres sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para contribuir com resultados concretos. Como resultado de todos esses esforços, a tendência se inverteu em 2010, com uma melhor coordenação entre os ativistas, o aumento do número de mulheres nas delegações e a presença de uma Secretária-Executiva na UNFCCC. Os Acordos de Cancún (COP-16) da UNFCCC (2010) incluem: referências relacionadas às vulnerabilidades específicas de gênero; necessidade de abordagens sensíveis a gênero nos planos de adaptação e considerações de gênero nas estratégias da REDD; paridade de gênero na composição do Comitê Executivo de Tecnologia; e, de modo mais crítico, o reconhecimento de que “a igualdade de gênero e a participação efetiva das mulheres [...] são importantes para uma ação eficaz em todos os aspectos da mudança climática”. Mais recentemente, na Plataforma de Durban (COP-17), foram assegurados compromissos que aprofundam a integração das questões de gênero na tecnologia e no financiamento climático, incluindo as diretrizes do Fundo Verde do Clima. Também em 2011, a rede “Women and Gender Constituency” recebeu o status de Observadora oficial da UNFCCC.

As iniciativas de larga escala devem consultar os usuários finais, especialmente as mulheres, durante sua concepção e implementação, tendo em vista os papéis desempenhados por elas em casa e na comunidade (como principais utilizadoras domésticas de energia, água e terra para a segurança alimentar da família, entre outros). Por exemplo, através de suas responsabilidades diárias no manejo da água, as mulheres e meninas conhecem a localização, confiabilidade e qualidade dos recursos hídricos locais. A exclusão das mulheres do planejamento do abastecimento de água e sistemas de saneamento tem sido apontada como uma das principais causas de seu elevado índice de fracasso.¹⁴ Evidências vindas da Índia e do Nepal sugerem que o envolvimento das mulheres na tomada de decisões em nível comunitário está associado a um melhor manejo ambiental local.¹⁵

O engajamento efetivo das mulheres no desenvolvimento de políticas e nas ações concretas em nível local para alcançar o desenvolvimento sustentável tem levado a conquistas obtidas a muito custo em termos dos direitos sociais, políticos e econômicos das mulheres. Qualquer futuro marco de desenvolvimento deve traduzir os muitos



Áreas temáticas prioritárias

- Água potável e saneamento
- Segurança alimentar e agricultura sustentável
- Acesso à energia, eficiência e sustentabilidade
- Cidades sustentáveis
- Trabalho decente em uma economia verde
- Saúde
- Educação

compromissos com a igualdade de gênero em medidas concretas para assegurar a participação plena das mulheres, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento centrado nas pessoas.

RESPONDENDO ÀS PRIORIDADES

Os exemplos apresentados aqui servem para compartilhar estratégias, experiências e programas inovadores realizados por organizações e países que defendem os objetivos do desenvolvimento sustentável, centrado nas pessoas e sensível em relação a gênero.

Ao mesmo tempo, rever os sucessos e os fracassos ressalta questões já familiares que têm afetado todas as esferas da vida das mulheres durante anos.

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Sua importância para o desenvolvimento sustentável

A água é uma necessidade básica para a conservação da vida, desde seu uso para beber e preparar alimentos até tomar banho, lavar, irrigar as culturas e dar de beber os animais. A falta de acesso à água traz inúmeros desafios, que vão dos encargos econômicos de se ter que pagar pela água ou gastar mais tempo para buscá-la até graves riscos para a saúde. Ainda assim, cerca de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável, e 2,6 bilhões não têm acesso a serviços de saneamento.¹⁶ Como resultado disso, aproximadamente 1,4 milhões de crianças abaixo de cinco anos morrem todos os anos.¹⁷

Em muitas sociedades, a água desempenha um papel econômico crescente, em particular como uma das maiores fontes de energia verde. As vias navegáveis também têm sido historicamente essenciais para os sistemas de transporte de muitos países.

Consequentemente, a escassez e a qualidade da água – como resultado da mudança climática, da poluição e de outros fatores – suscitam preocupações em termos tanto econômicos quanto de sustentabilidade ambiental.

As organizações ambientais advertem que as práticas de gestão da agricultura, da produção e de resíduos não são sustentáveis. A China e a Índia já experimentam dificuldades econômicas importantes relacionadas à água, e alguns especialistas predizem que mais da metade do mundo vai enfrentar falta de água em meados do século XXI.¹⁸

As contribuições das mulheres

Embora a igualdade de acesso à água potável seja aceita de modo amplo como um direito humano essencial para o pleno gozo da vida¹⁹, a falta de acesso a ela tem um impacto claramente específico em função do gênero: na maioria das comunidades, buscar água é de responsabilidade das mulheres e crianças.

Além disso, a água é primordial para o conjunto total de atividades domésticas, as quais ainda são tradicionalmente vistas como “do domínio



das mulheres” por muitas culturas: preparação de alimentos, cuidado dos animais, irrigação de plantios, higiene pessoal da família inteira, cuidado dos doentes, limpeza, lavagem e eliminação de resíduos.²⁰ Mulheres em todo o mundo passam mais de 200 milhões de horas por dia captando água²¹ e têm desenvolvido um conhecimento considerável em matéria de recursos hídricos, inclusive suas localizações, qualidade e métodos de armazenagem.

Os desafios para as mulheres

A privatização de fontes de água comum, a redução de serviços antes prestados pelos poderes públicos e os mecanismos de alocação de água com base no mercado são desafios crescentes para mulheres e homens pobres em todo o mundo. Se a tendência atual de dar prioridade à produção industrial, agrícola e energética persistir, a possibilidade de a água se tornar inacessível para os pobres será cada vez mais real.

A atual falta de acesso à água para os pobres pode resultar não apenas de pressões econômicas, mas também de múltiplos fatores sociopolíticos e ambientais, tais como conflitos armados ou secas. Mulheres e meninas vão cada vez mais longe para encontrar água, submetendo-se ao risco frequente de violência em áreas política ou ambientalmente instáveis. A crescente quantidade de tempo consumido pela procura de água limita as oportunidades de mulheres e meninas para participar de outras atividades – como ir à escola ou gerar renda – e, com frequência, limita o tempo dedicado ao cuidado dos filhos e a outras atividades destinadas à saúde e ao bem-estar da família.

Embora as imagens de mulheres carregando água sejam onipresentes, poucos entendem o verdadeiro impacto social e econômico dessa tarefa monumental. Uma das estimativas de 2012 sugere que cortar apenas 15 minutos do tempo de caminhada até uma fonte de água poderia reduzir a mortalidade de crianças abaixo de cinco anos em 11% e a prevalência de desnutrição e diarreia em 41%.²² Em Gana, a diminuição de 15 minutos no tempo da busca de água aumentou a frequência das meninas na escola de 8% para 12%.²³ O projeto de saneamento de uma escola em Bangladesh, que ofereceu facilidades diferenciadas para meninos e meninas, impulsionou a frequência escolar das meninas para uma média anual de 11% durante a década que terminou em 2000.²⁴

Semelhante a outras áreas da economia formal, as mulheres estão sub-representadas no setor hídrico. Um estudo na Ásia do Sul atribui essa disparidade tanto aos desafios maiores das mulheres de participar do mercado de trabalho (ex.: falta de acesso a creches ou a horários de trabalho flexíveis) como às suas oportunidades de educação, que não favorecem necessariamente as competências científicas e matemáticas exigidas hoje no setor hídrico.²⁵ Muitos projetos hídricos orientados ao desenvolvimento fracassam devido às consultas insuficientes realizadas junto aos consumidores finais, incluindo as mulheres, em suas necessidades, e à atenção insuficiente ao reforço das capacidades das comunidades locais para construir, manter e reparar os sistemas hídricos de cima para baixo.²⁶

O caminho a seguir

Assegurar a prestação de serviços equitativos de água limpa e segura e de saneamento requer uma governança participativa no setor hídrico, em que as vozes das mulheres influenciam e norteiam as definições das políticas, as tomadas de decisão e a gestão de água e instalações de saneamento. Tendo em conta que 80% de todas as doenças são transmitidas por meio de água contaminada,²⁷ esta área exige uma ação abrangente e coordenada da parte de membros das comunidades da saúde mundial e do desenvolvimento em estreita parceria com os governos locais e outros interessados.

Além de responder às diferentes necessidades físicas e sociais de mulheres e meninas – tais como sua maior necessidade de ter instalações sanitárias privadas em comparação com homens e meninos, ou maior susceptibilidade a ameaças higiênicas específicas durante a gravidez – é necessária uma ação para reduzir seus encargos socioeconômicos. Os esforços para melhorar os serviços hídricos precisam estar focalizados na qualidade do fornecimento de água e nas distâncias até suas fontes.

Na maioria dos países em desenvolvimento, tais esforços precisam andar de mãos dadas com uma reforma que proíba a discriminação contra mulheres e meninas em termos de acesso e propriedade de terras. É igualmente essencial ter tecnologia adequada, gestão financeira e programas de capacitação, tais como aqueles relacionados à higiene ou à manutenção de água e de instalações de saneamento.

QUADRO 5. **Protesto vs. Reforma: Bolívia e África do Sul tomam caminhos diferentes em direção à igualdade de acesso à água**

Após a privatização da água potável fornecida pelo município, que resultou no aumento imediato e exorbitante dos preços, as mulheres e os homens da cidade boliviana de Cochabamba se uniram para exigir que o controle voltasse às mãos do governo. Os moradores formaram a Coalizão em Defesa da Água e da Vida, que se juntou a organizações, grupos ambientais, líderes e grupos de mulheres, advogados, sindicatos, economistas e associações de moradores em uma luta solidária para manter o controle da gestão da água. O protesto de 2000 foi profundamente influenciado por fatores econômicos, visto que novas taxas de água ameaçavam consumir o equivalente a um terço da renda padrão entre os pobres das áreas urbanas.

Embora o processo de privatização tenha sido eventualmente revertido,²⁸ o caso de Cochabamba não pode ser visto unicamente como uma vitória. Os custos econômicos da mobilização foram significativos; como os cidadãos tomaram as ruas, a cidade parou de funcionar durante vários dias. Na realidade, o protesto, que pretendia ser pacífico, resultou em violências e agressões. A água voltou a ser mais barata, mas não se tornou mais disponível; sua escassez voltou para as manchetes dos noticiários em 2008. Hoje, o país ainda tem preocupações consideráveis em relação a abastecimento de água e de saneamento, o que sugere que a ação comunitária deve ser apoiada por uma mudança sistêmica mais profunda, para que os resultados sejam sustentáveis a longo prazo.

A África do Sul, por exemplo, fornece uma sólida base legislativa para a implementação de políticas que garantam o acesso das mulheres à água, tanto na Constituição quanto na Lei sobre Serviços de Água, de 1997, e na Lei Nacional da Água, de 1998. A Estratégia de Implementação Básica de Água Gratuita, de 2000, estabelece parâmetros para o fornecimento de 6.000 litros de água potável gratuita por casa e por mês, com limites adicionais onde existem problemas de saneamento.²⁹

Outra iniciativa-chave é o projeto Diálogos da África do Sul sobre a Água, originado na iniciativa internacional Diálogos sobre a Água em países como Brasil, Filipinas, Indonésia e Uganda. Essa plataforma de diálogo colaborativo sobre a privatização da água provê um fórum para discussão de diferentes abordagens e modelos relativos ao fornecimento de água. “Diálogos da África do Sul sobre a Água” é um grupo multi-setorial de representantes do governo – que abrange o Departamento de Assuntos Hídricos e Florestais, o Tesouro Nacional, a Prefeitura Municipal de Joanesburgo, o Departamento de Água de Joanesburgo, a Associação dos Governos Locais – e de outros atores públicos e privados, tais como a Coalizão contra a Privatização da Água, o Grupo de Monitoramento Ambiental, a Associação das Empresas de Água, o Sindicato dos Trabalhadores Municipais, a Rede Sul Africana de Organizações em Defesa da Água, a Rede de Informação sobre a Água, e a Mvula Trust (a principal organização não governamental do país que trabalha com água e saneamento). O grupo realiza pesquisas e divulga lições aprendidas sobre a promoção do modelo mais eficiente de fornecimento de água potável.³⁰ Ele tem, portanto, potencial para responder às questões relacionadas à água, se trabalhar em estreita colaboração com ativistas da igualdade de gênero e redes de mulheres.

Importância para o desenvolvimento sustentável

A segurança alimentar está estreitamente vinculada às questões de saúde, desenvolvimento econômico, comércio, pobreza, equidade e meio ambiente. A agricultura é o setor que mais emprega na maioria dos países em desenvolvimento. Cerca de 2,6 bilhões de pessoas dependem da agricultura para sua subsistência, e a grande maioria delas vive com menos de um dólar por dia em pequenas propriedades agrícolas nas áreas rurais.³¹ Pior: cerca de 925 milhões de pessoas passam fome todos os dias,³² e não há consenso sobre se o problema está na produção insuficiente ou nos desafios da distribuição.

As preocupações com os recursos naturais e as práticas da agricultura sustentável são centrais para o setor agrícola. Recordes globais de produção são frequentemente associados à degradação do solo e dos recursos hídricos e à deterioração dos ecossistemas, incluindo biomassa, solo produtivo e água.³³ A aplicação de práticas agrícolas verdes em pequenas propriedades reduz algumas dessas preocupações e aumenta os rendimentos entre 54 e 179%.³⁴ No entanto, a maioria dos pequenos produtores – especialmente em países em desenvolvimento, onde as preocupações com alimento e agricultura são agravadas pelas desigualdades socioeconômicas – permanece em desvantagem num mercado de concorrência crescente por terra e água e falta de acesso generalizado a recursos e oportunidades. Além disso, os recursos financeiros – tanto os orçamentos nacionais quanto a ajuda oficial ao desenvolvimento – destinados à gestão de terra e água têm tido uma recente tendência decrescente.³⁵

As contribuições das mulheres

As mulheres são ativas em todos os setores da agricultura e são as principais responsáveis pelo cultivo de cereais e legumes, criação de pequenos animais e funcionamento de pequenas empresas agrícolas comerciais. As mulheres constituem em média 43% dos empregos agrícolas nos países em desenvolvimento, e cerca de 50% em alguns países da África e da Ásia.³⁶ Elas representam apenas 12% da mão de obra na pesca,³⁷ enquanto são mais de 65% dos 400 milhões de criadores de gado.³⁸

Muitas culturas reverenciam a mulher mais velha, que possui uma quantidade de conhecimento sobre os recursos naturais aparentemente infinita – por exemplo, com quais folhas preparar um chá para aliviar a dor de cabeça ou como preservar as sementes para melhorar a produtividade na próxima safra. Embora exagerada pela crença popular, essa percepção mística tem raízes profundas na realidade: as mulheres indígenas há séculos acumulam, compartilham e preservam conhecimentos sobre botânica, agricultura, pecuária, saúde, medicina, nutrição e outros conhecimentos ambientais – e tiram vantagens econômicas deles quando as realidades do mercado permitem.

Muitos projetos conduzidos por mulheres têm fortes componentes e benefícios ambientais, como demonstrado pelos projetos apoiados por vários parceiros internacionais para o desenvolvimento. Agricultoras de Ruanda lançaram com sucesso no mercado o “café das mulheres” orgânico. No Quênia e no Zimbábue, as mulheres estão plantando e cultivando árvores nativas de medicina tradicional, instalando populações de abelhas em regiões áridas e aprendendo como mantê-las enquanto processam as árvores e o mel para venda. No Benin, as mulheres têm adotado métodos ambientalmente sustentáveis para a coleta de ostras e estão repovoando uma lagoa que continuará a prover o sustento das comunidades locais por gerações.³⁹

As mulheres têm sido muito beneficiadas pela introdução da tecnologia de informação e comunicação, que tem contribuído com o sucesso de sua integração no mercado e nas cadeias globais de valor. Agricultoras de Uganda usam as tecnologias de comunicação para interagir com outras partes do país, enquanto processadoras de peixes do Benin usam o vídeo, a televisão e os telefones celulares para aprender novas técnicas de preservação de peixes e vender seus produtos no Togo e na Nigéria. Na Itália, a comunidade YOURuralNET Web permite às gerentes agrícolas compartilhar conhecimento, experiências e boas práticas.⁴⁰

Apesar do progresso feito na área legislativa, o avanço na implementação tem sido lento. Por exemplo, o governo do Tajiquistão tem promovido os direitos das mulheres à terra no âmbito do processo de reforma agrária, com o apoio da ONU mulheres. Os códigos agrários, familiares e civis do país agora estão alinhados, coletam-se dados sobre o uso da terra desagregados por sexo e muitas mulheres hoje têm acesso a serviços de capacitação gratuitos. O governo

QUADRO 6. Os grupos de mulheres e as agências governamentais apoiam iniciativas lideradas por mulheres

Embora muitos países continuem a lutar contra as normas culturais que dificultam até mesmo falar com as mulheres às pessoas de fora de seu círculo familiar, quanto mais fazer negócios com elas, outros têm avançado na garantia de um apoio nacional amplo para o empoderamento das mulheres no setor alimentar e agrícola.

Como era de se esperar, as organizações locais de mulheres estão à frente da conscientização sobre os direitos das mulheres ao acesso e controle de bens produtivos como a terra. Os grupos e cooperativas de mulheres, tais como Comissão HUIROU e GROOTS, têm pressionado as administrações agrárias para que promovam a reforma dos direitos à terra.⁴¹ Em Ruanda, as organizações não governamentais de mulheres têm promovido o registro de casamentos, testamentos orais e holográficos e livros de memórias, com o objetivo de remediar a ausência de documentos pessoais — um dos maiores obstáculos para a aquisição de títulos de propriedade por parte das mulheres.

Os governos também fornecem assistência técnica e financeira. Agricultoras de Fiji têm adotado métodos ecológicos de cultivo, com o apoio de três departamentos diferentes do governo (responsáveis pela pesca, pelas cooperativas e pelos direitos das mulheres), que estabeleceram parcerias para promover o engajamento das mulheres no cultivo de algas e na produção de óleo virgem de coco, mel e pérolas. O governo do Timor Leste abasteceu 2.305 grupos — que contam com 37% de mulheres entre seus membros — com equipamentos agrícolas, inclusive tratores, debulhadores elétricos e beneficiadoras de arroz.

financiou cerca de 75 forças-tarefa distritais, que trabalham sob a liderança de comitês de mulheres locais e, com o apoio de advogados, fornecem aconselhamento gratuito sobre legislação e outros temas. Desde 2003, essas forças-tarefa têm apoiado mais de 16.230 cidadãos, dos quais a grande maioria (86%) são mulheres. A proporção de mulheres proprietárias nos novos registros agrícolas reflete esse estímulo, com um aumento de 2% em 2002, para 14% em 2008.

Os desafios para as mulheres

Apesar de serem as principais produtoras de alimentos em muitos países em desenvolvimento, poucas mulheres têm acesso a recursos ou direitos que lhes permitam contribuir plenamente com a segurança alimentar e nutricional.⁴² Estruturas legais e sociais, além de normas culturais inadequadas ou discriminatórias, as impedem de possuir terras e ter acesso a recursos produtivos ou serviços de extensão rural. A propriedade de terras por parte delas é inferior a 5% nos países do norte da África e no oeste da Ásia, entre 5 e 30% na África Subsaariana e de apenas cerca

de 25% no Chile, Equador e Panamá.⁴³ Quando as mulheres têm acesso à terra — através de casamento, herança, programas de reforma agrária e negócios fundiários — ela é geralmente de pouca qualidade.⁴⁴ De acordo com dados de 2011, estima-se que as mulheres agricultoras produzem 20 a 30% menos que os homens devido às diferenças no acesso e uso dos recursos.⁴⁵

Além da pobreza de recursos e da falta de oportunidades comuns entre as populações mais desfavorecidas do mundo, certas normas culturais e tradições podem agravar as vulnerabilidades de mulheres e meninas. Por exemplo, em algumas sociedades, os homens comem antes das mulheres, das crianças e dos idosos; além disso, os homens recebem a comida melhor. Muitos profissionais têm defendido a ideia de que isso resulta num alto risco de desnutrição entre mulheres e crianças; outros dizem que não existe evidência concreta para fundamentar tal teoria. Por exemplo, uma revisão da literatura de 1996, feita pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares, concluiu que, apesar dos muitos estudos a respeito, “há escassas evidências de um viés no consumo de alimentos em favor dos homens”.⁴⁶

Por outro lado, as mulheres e meninas possuem exigências alimentares fisiologicamente diferentes, em que quantidades menores são balanceadas pela necessidade de maior concentração de nutrientes como ferro, por exemplo. Além disto, as necessidades nutricionais das mulheres aumentam durante a gravidez. A pobreza, a falta de acesso ou de disponibilidade de alimentos com capacidade nutritiva apropriada, bem como a ausência frequente de educação colocam as mulheres em maior risco de desnutrição; muitas simplesmente desconhecem suas próprias necessidades nutricionais.

Os filhos de mulheres envolvidas na agricultura se encontram numa desvantagem semelhante. Há evidências de que as mulheres que conciliam longos dias de trabalho agrícola com responsabilidades domésticas têm menos tempo e energia para preparar refeições nutritivas para a família ou para bebês.⁴⁷ As crianças menores são as que mais sofrem quando a demanda de trabalho na agricultura é elevada. Os dados também revelam uma correlação entre os direitos das mulheres e o bem-estar infantil: nos países onde as mulheres não têm direito à propriedade de terra, há 60% a mais de crianças desnutridas. Nos países que restringem o acesso das mulheres ao crédito, a taxa de desnutrição infantil chega a 85% ou mais.⁴⁸

O caminho a seguir

Há muitas razões para se promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na agricultura. Evidências sugerem que investir em empresas alimentícias e agrícolas de propriedade de mulheres poderia diminuir a lacuna de recursos e aumentar a produtividade, podendo reduzir em 100 a 150 milhões o número de pessoas que passam fome. Caso a sociedade mundial não adote uma abordagem mais sustentável ao cultivo de alimentos, o número de pessoas passando fome só tende a aumentar. Estima-se que o crescimento populacional demande 70% a mais de produção global de alimentos até 2050, em comparação com 2009. Esse aumento pode chegar a 100% nos países em desenvolvimento, que já sofrem com a escassez de terra e água num nível maior que o resto do mundo: a disponibilidade de área cultivada per capita em países de baixa renda equivale à metade daquela dos países de alta renda, sendo a qualidade – e, por conseguinte, a produtividade – normalmente inferior.⁵⁰

Neste contexto, o empoderamento de mulheres e meninas rurais para que assumam coletivamente o desafio da produção de alimentos

no futuro assume a mais alta importância. Como primeiro passo, são necessárias reformas legislativas e políticas públicas que garantam às mulheres os direitos e capacidades para controlar os meios de produção, tais como terra, tecnologia e outros insumos. Paralelamente, a comunidade do desenvolvimento e os governos nacionais precisarão responder às questões de acesso – a serviços financeiros, infraestrutura, tecnologia e transporte – e reforçar as capacidades das mulheres e meninas, proporcionando oportunidades de networking, educação e treinamento, para capacitá-las a se beneficiar de mercados e conceitos comerciais e econômicos desconhecidos (como, por exemplo, comércio justo).



ACESSO À ENERGIA, EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

Importância para o desenvolvimento sustentável

A energia é tanto um requisito quanto um catalisador para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, a redução da pobreza e o avanço da igualdade de gênero. A melhoria dos serviços energéticos pode reduzir a carga do trabalho de cuidado não remunerado feito por mulheres e meninas, o que pode dar espaço para outras atividades. Diminuir a dependência dos fogões que usam a biomassa de forma ineficiente não apenas reduz essa carga, como também reduz a poluição do ar dentro de casa. Assegurar infraestruturas de iluminação adequadas pode reduzir crimes e melhorar a qualidade de vida na comunidade. Melhorar o acesso à energia diminui os desperdícios associados às atividades produtivas e reduz a quantidade de insumos necessários para gerar bens e serviços. As fontes de energia limpa e renovável são ambientalmente responsáveis e necessárias para a mitigação da mudança climática.

As contribuições das mulheres

Atualmente, 1,4 bilhão de pessoas não têm acesso a formas de energia modernas.⁵¹ Aproximadamente 2,7 bilhões de pessoas

dependem de fogueiras e fogões tradicionais para cozinhar e se aquecer.⁵² A responsabilidade de buscar combustível (como madeira, estrume e resíduos agrícolas) cabe a mulheres e meninas. Ampliar a rede elétrica para as pessoas que vivem em áreas rurais acarreta custos elevados e sua implementação é, com frequência, feita de forma inadequada. Comunidades em todo o mundo têm passado diretamente das fontes de energia tradicionais para as limpas, como energia solar e eólica. As mulheres têm desempenhado um papel de liderança na elaboração de iniciativas energéticas solidárias e com base na comunidade.

Uma dessas iniciativas é o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos e Mobilização Comunitária do Nepal – o primeiro vencedor do Prêmio SEED de Igualdade de Gênero da ONU Mulheres-PNUMA em 2011.⁵³ Cobrindo mais de 1.000 residências e empresas, o Programa recicla resíduos orgânicos e os utiliza para produzir biogás. Outra iniciativa, a Solar Sisters, dirigida por mulheres na África Oriental, é uma empresa social criada para erradicar a pobreza energética. Ela oferece às mulheres o capital de giro para um “business in a bag” (o kit inicial de lâmpadas e carregadores de telefone solares), formação em negócios, suporte de marketing e uma rede de vendas diretas centrada nas mulheres. A Solar Sisters já beneficiou quase 20 mil pessoas com equipamento solar.

Em parceria com o Barefoot College of Índia, a ONU Mulheres está apoiando a promoção, expansão e sustentabilidade do fornecimento, gerenciamento e controle de energia solar comunitária. As mulheres rurais recebem formação prática para se tornarem engenheiras solares, capazes de fabricar, instalar e administrar sistemas de energia solar. No final dessa formação, elas têm capacidade e conhecimento para garantir que 60 residências em seus vilarejos se tornem técnica e financeiramente autossuficientes.

Os desafios para as mulheres

O crescente mercado fundiário e a expansão urbana, em combinação com governança deficiente e proteções jurídicas frágeis, têm criado sérios riscos para as comunidades locais e os pequenos proprietários agrícolas.⁵⁴ As políticas da economia verde legitimam a produção intensiva e em larga escala de milho e culturas oleaginosas para biocombustíveis, com impactos imediatos sobre as comunidades e, para as mulheres, sobre as opções de uso da terra, a renda e a subsistência, o poder de compra de alimentos e o custo de vida. Enquanto os problemas de acesso reduzido das mulheres à terra e à água, e o aumento do acesso delas à energia



ainda têm muito a ser explorados, muitas mulheres já tiveram que enfrentar expulsões ou exclusões da terra. O paradigma econômico atual prioriza o interesse das economias exportadoras globais às custas das pequenas comunidades agrícolas.

Quando as fontes de energia modernas são limitadas ou inexistentes, muitas mulheres são obrigadas a percorrer longas distâncias a fim de buscar combustíveis para as necessidades domésticas, e as tarefas diárias demoram mais para serem concluídas. Em Fiji, as mulheres gastam aproximadamente 35 horas por semana para cozinhar e lavar.⁵⁵ No Quênia, o investimento em infraestruturas e tecnologias que poupam tempo e mão de obra, especificamente em melhores fogões, reduziu as necessidades de madeira combustível em aproximadamente 40%.⁵⁶ Nas Filipinas, a prevalência da desnutrição foi reduzida de 64% para 42% através desses tipos de investimentos em infraestrutura, combinados com programas de nutrição e educação sobre a alimentação de bebês.⁵⁷ Estudos de caso da Bolívia, Tanzânia e Vietnã mostram que, com melhor acesso à energia em casa, as mulheres podem conciliar atividades de geração de renda com tarefas domésticas.⁵⁸

Estima-se que todos os anos a poluição do ar em casa, proveniente de fogueiras e fogões tradicionais usados para cozinhar e aquecer, mata 2 milhões de pessoas – 85% das quais são mulheres e crianças,⁵⁹ um número que pode aumentar dramaticamente a médio prazo.⁶⁰ Os digestores de biogás e os

fogões solares podem oferecer opções de emissões menores do que os fogões tradicionais a biomassa, e podem reduzir de forma substancial a poluição dentro de casa. Na Índia, 2,2 milhões de mortes poderiam ser evitadas num período de dez anos por meio da introdução de 150 milhões de fogões a biomassa mais modernos.⁶¹ Além disto, um único fogão melhorado – que requer 50% a menos de biomassa – pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa em uma tonelada por ano.⁶²

O caminho a seguir

O progresso exige um novo paradigma de desenvolvimento, que coloque as pessoas no centro do acesso à eficiência e sustentabilidade energética. O acesso aos serviços de sustentabilidade energética deve ser um direito econômico e social, com proteções para aqueles que mais precisam de energia – os grupos vulneráveis e excluídos de mulheres e meninas. Políticas e programas precisam ser acompanhados de investimentos em larga escala em infraestruturas locais e tecnologias que poupem de tempo e trabalho, tais como os combustíveis renováveis e os fogões e moinhos de baixo consumo de combustível. O acesso facilitado à energia renovável, limpa e barata só pode ser realizado através da colaboração entre as diversas partes interessadas – os governos e a comunidade internacional, juntamente com a sociedade civil e o setor privado – e da implementação de políticas intersetoriais, rurais e urbanas.

QUADRO 7. As Nações Unidas reivindicam um compromisso com a Energia Sustentável para Todos até 2030

Em resposta às recomendações de 2010 do Grupo Consultivo de Alto Nível sobre Energia e Mudanças Climáticas, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, lançou a iniciativa Energia Sustentável para Todos, com o objetivo de melhorar o acesso, a eficiência do uso e a sustentabilidade dos recursos energéticos. O lançamento coincidiu com a resolução da Assembleia Geral de dezembro de 2010 que designou 2012 como o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos.⁶³ A iniciativa visa a mobilizar ações e compromissos públicos e privados para alcançar três objetivos até 2030: assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética e dobrar a proporção de energia renovável no total energético usado globalmente. Ela enfatiza que, sem acesso à energia moderna, não será possível atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, e outros objetivos focalizados na redução da pobreza (ODM 1), na ampliação do alcance da educação (ODM2) ou no melhoramento da saúde de mulheres e crianças (ODM 4 e 5).⁶⁴

Importância para o desenvolvimento sustentável

Mais da metade da população mundial – aproximadamente 3,4 bilhões de pessoas – mora em áreas urbanas, e destas, mais de um bilhão em favelas. As previsões sugerem que, até 2030, haverá mais pessoas morando nas cidades do que em áreas rurais, em todas as regiões do mundo⁶⁵ – inclusive na África e na Ásia, que estão entre as regiões menos urbanizadas. Até 2050, estima-se que as cidades contarão com 69% da população mundial.⁶⁶

Embora o crescimento populacional seja um fator contribuinte, o principal motor desta lenta mas progressiva mudança é a migração urbana, impulsionada pelo leque mais amplo de oportunidades econômicas e pelo acesso mais fácil à educação, saúde e outros sistemas de serviços públicos de melhor qualidade. Entretanto, a pobreza e a desigualdade persistem nas cidades, como nas áreas rurais mais isoladas, com alguns grupos de habitantes da cidade mais desfavorecidos que outros.

A urbanização apresenta vários problemas, sendo o primeiro deles o planejamento inadequado, que leva a infraestruturas insustentáveis, degradação ambiental e condições de vida precárias. A pobreza urbana é caracterizada pela falta dos insumos mais básicos, como comida e água. Problemas sociais e ambientais – como a existência de pessoas desabrigoadas, a informalidade e a ilegalidade, o crime e a poluição – também podem existir em áreas rurais mais isoladas, porém são com frequência mais acentuados em cenários urbanos.

A interseção entre saúde e urbanização é particularmente preocupante. Os habitantes das cidades, em especial os que vivem em megalópoles, enfrentam com frequência a chamada “tripla ameaça”: uma interseção entre a propagação desenfreada de doenças infecciosas em áreas populacionais densas, o aumento da incidência e a longa duração de doenças crônicas e não transmissíveis, que vão desde asma até alcoolismo; e sequelas físicas, que podem resultar de crimes violentos ou, em países em desenvolvimento, da inércia legislativa, tais como leis de trânsito inadequadas que não acompanham o progresso tecnológico.⁶⁷ A violência continua a ser um fato corriqueiro nas cidades, tanto de países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, onde

muitas mulheres e meninas enfrentam violência e assédio sexual nas ruas, nos transportes públicos e nos seus próprios bairros.⁶⁸

As contribuições das mulheres

As famílias chefiadas por mulheres estão se tornando cada vez mais comuns em áreas urbanas. Eles constituem, em média, 20% das famílias urbanas em 160 países. As mulheres chefiam um em cada três lares nas cidades da África do Sul, Colômbia, Etiópia e Vietnã,⁶⁹ e números crescentes de países em todas as regiões do mundo também mostram mais famílias chefiadas por elas nas áreas urbanas do que nas rurais.⁷⁰

Para as mulheres, as razões da migração urbana incluem não apenas a falta de oportunidades econômicas no meio rural, mas também a violência contra as mulheres, os sistemas autoritários patriarcais de controle familiar e comunitário e as pressões familiares.⁷¹ Em Nairobi, milhares de mulheres vivem em assentamentos informais por terem sido expulsas de suas casas e terras depois da morte de seus maridos.⁷² Na Tanzânia, um número cada vez maior de mulheres adolescentes migra para as cidades em busca de educação e trabalho ou para escapar de relações familiares abusivas e do casamento forçado.⁷³

As mulheres e os grupos de mulheres nas cidades ao redor do mundo têm liderado iniciativas que respondem a desafios específicos que elas enfrentam nos cenários urbanos. O “Sirleaf Market Women’s Fund”, da Libéria, oferece às mulheres apoio financeiro e oportunidades de alfabetização e formação em negócios. O Fundo trabalha para melhorar os mercados existentes e construir novos que incluam o acesso a instalações para creches, depósito, saúde e saneamento (como água potável, sanitários em funcionamento e unidades médicas móveis).⁷⁴ Vários programas – inclusive os da África do Sul, Filipinas e Índia e das cidades-piloto da iniciativa “Cidades Seguras para Todos” da ONU – estão focalizados na redução da violência de gênero e do risco de assédio nas cidades.

As iniciativas destinadas a combater a violência e o assédio contra mulheres e meninas nos cenários urbanos estão aumentando no mundo todo. Nas favelas de Nova Délhi, mulheres e homens jovens têm ajudado a tornar os parques, ruas e espaços públicos em locais mais seguros e acessíveis.⁷⁶ A comunidade de Khayelitsha, na região metropolitana da Cidade do Cabo, África do Sul, tem trabalhado na redução da violência de gênero através de melhor iluminação, sanitários dentro de casa, escolas mais seguras e

BOX 8. As Nações Unidas e os governos locais investem em cidades mais seguras para as mulheres

Em junho de 2011, a UNICEF, a UN-HABITAT e a ONU Mulheres lançaram em conjunto a iniciativa “Cidades Seguras para Todos”, com duração de cinco anos, destinada a aumentar a segurança, prevenir e reduzir a violência – inclusive a violência sexual e o assédio contra mulheres e meninas – e mobilizar e empoderar os grupos femininos e os defensores de jovens e crianças para moldarem seu ambiente urbano. Atualmente a iniciativa apoia oito grandes cidades e capitais, incluindo Beirute, Manila, Marrakesh, Nairobi, Rio de Janeiro, San José e Tegucigalpa. Com base no uso de abordagens inovadoras, sensíveis a gênero e fundamentadas nas evidências, “Cidades Seguras para Todos” trabalha para capacitar autoridades e defensores locais a tomar medidas para o combate à violência urbana. Ela também visa a garantir a capacitação e a participação de mulheres, jovens e crianças nos processos de decisão dos orçamentos destinados ao desenvolvimento urbano, à infraestrutura e aos serviços em suas vizinhanças. No futuro, “Cidades Seguras para Todos” planeja incrementar soluções inovadoras e efetivas para eliminar a violência em comunidades vulneráveis através do melhoramento na iluminação das ruas e do oferecimento de formação para as unidades de polícia voltadas para a comunidade, por exemplo.⁷⁵

melhor formação de policiais.⁷⁷ Algumas cidades empreenderam iniciativas para diminuir o risco de assédio às mulheres nos transportes públicos, principalmente em ônibus e trens lotados. Por exemplo, veículos exclusivos para mulheres operam na Bielorrússia, Brasil, Egito, Filipinas, Índia, Japão e México. De modo semelhante, os dois primeiros vagões do metrô de Manila são reservados exclusivamente para mulheres e crianças. Durante os horários de pico no México, alguns ônibus e vagões de metrô também são reservados para as mulheres, com escolta policial para assegurar que a lei seja respeitada.⁷⁸

Os desafios para as mulheres

Participação política e possibilidade de mobilizar apoio em favor de diferentes causas estão entre as características de ambientes urbanos, tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, a participação feminina é menor também nos centros urbanos. As mulheres têm alcançado posições de prefeita ou vereadora em várias localidades urbanas ao redor do mundo; porém, sua representação permanece limitada, apesar das cotas e outros mecanismos de ação afirmativa. Entre 2003 e 2008, elas representavam menos de 5% dos prefeitos nos países da Ásia Ocidental e do Caribe, e apenas entre 5 e 10% nos países da África Subsaariana, do Sudeste Asiático, das Américas Central e do Sul e da Europa Ocidental

e Oriental. Dos 77 países ou áreas com dados disponíveis, os que possuem a maior proporção de prefeitas são: Ilhas Maurício (40%), Letônia (25%), Nova Zelândia (26%) e Sérvia (26%).⁷⁹

As razões para esses baixos números incluem: estereótipos de gênero negativos; falta de corresponsabilidades familiares pelo trabalho de cuidado não remunerado dentro de casa; dificuldades para conciliar vida familiar, profissional e política; falta de recursos financeiros para alavancar sua candidatura; e predomínio do modelo masculino na vida política.⁸⁰ A falta de mulheres em posições de tomada de decisão e a ausência geral de especialistas nas questões de gênero entre os decisores entravam de modo significativo o engajamento das mulheres – e a integração das perspectivas de gênero – no planejamento urbano e na concepção de infraestruturas e serviços. Por sua vez, a falta de engajamento limita a possibilidade de que as necessidades específicas das mulheres sejam abordadas.

São inúmeros os desafios enfrentados pelas mulheres que moram em ambientes urbanos. Dentre eles, moradia inadequada e falta de acesso a água, saneamento, cuidados de saúde e serviços de transporte. Ainda que mulheres e homens pobres dos centros urbanos enfrentem problemas de moradia inadequada e insegurança relacionada à propriedade de terra e ao abrigo, as

famílias chefiadas por mulheres com frequência sofrem desproporcionalmente, como resultado de leis e normas socioculturais discriminatórias.

Apesar do progresso feito no acesso à água, aproximadamente 141 milhões de cidadãos urbanos continuavam a depender de fontes de água não tratada para beber em 2008,⁸¹ com sérias consequências sociais e sanitárias. Embora 29% dos moradores de centros urbanos nos países em desenvolvimento não tenham saneamento básico,⁸² as instalações de acesso restrito e caras, precárias ou inexistentes podem ter implicações graves para a saúde, educação e segurança de mulheres e meninas.

O caminho a seguir

Construir e transformar cidades que sejam centradas nas pessoas e tenham como base os princípios dos direitos humanos, da igualdade de gênero e do bem-estar é crucial para se alcançar um desenvolvimento sustentável para todos. Os

governos locais e as prefeituras desempenham um papel importante nessa transformação, e também em garantir estratégias de planejamento urbano para o acesso universal aos serviços básicos, como água e saneamento, energia e moradia adequada, que levem em conta o risco maior de violência relacionada ao gênero para mulheres e meninas no ambiente e no transporte público – ao planejar a iluminação pública, paradas e estações de transporte coletivo. O planejamento urbano sustentável pode promover a igualdade, responder aos desafios ambiental, econômico e social de hoje, e se preparar para as futuras populações urbanas. Diálogos interministeriais e parcerias estratégicas, incluindo a sociedade civil e o setor privado, são necessários para promover uma abordagem integrada e coordenada ao desenvolvimento sustentável, aproveitando suas respectivas vantagens comparativas nas esferas econômica, social e ambiental. A participação plena das mulheres como cidadãs e responsáveis pela tomada de decisão em tais diálogos é essencial.



TRABALHO DECENTE NUMA ECONOMIA VERDE

Sua importância para o desenvolvimento sustentável

O trabalho decente e a criação de empregos contribuem para o crescimento econômico, a redução da pobreza, o progresso e a inclusão social. Gerar novas oportunidades de emprego e renda para mulheres e homens que vivem na pobreza pode ajudá-los a assegurar que eles e seus filhos sejam saudáveis, educados, bem-ajustados e capazes de contribuir para a força de trabalho futura.

À medida que os países fizerem a transição para a economia verde, o mercado de trabalho irá se transformar gradualmente. Novos empregos serão criados (como a produção de serviços e dispositivos de energia limpa), enquanto outros serão substituídos (como aterros, incineração de resíduos e reciclagem), suprimidos, transformados ou redefinidos à medida que o conjunto de habilidades diárias, métodos de trabalho e perfis se tornem “verdes”.⁸³ Num cenário ideal, tal mudança nos padrões de produção, consumo e geração de emprego teria efeitos sistêmicos e sinérgicos que beneficiariam mulheres e homens de forma igual. Isso exigiria a eliminação da segregação profissional e das disparidades salariais baseadas no gênero, e outras formas de discriminação no mercado de trabalho. Requereria igualmente o acesso equitativo e pleno a todas as formas de educação, capacitação, emprego e posições de gestão e liderança.

As contribuições das mulheres

Entre 1980 e 2009, a participação feminina na força de trabalho aumentou de 50 para 52%, enquanto a taxa de participação masculina caiu de 82 para 78%. Em 2010, a taxa de desemprego mundial para os homens ficou em 6%, e para as mulheres em 6,2%.⁸⁴ Embora as taxas de desemprego sejam similares, há diferenças significativas e sistêmicas entre os empregos de mulheres e homens. Apenas uma pequena parcela das mulheres empregadas trabalha na indústria (18% em comparação com 26% de todos os homens empregados). As mulheres são mais propensas do que os homens a trabalhar na agricultura (37% de todas as empregadas em comparação com 33% de todos os empregados), e no setor de serviços (46% de todas as empregadas em comparação com 41% de todos os empregados).⁸⁵

A energia renovável gerará provavelmente uma grande parcela dos empregos verdes. Em 2008, esse setor empregava aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, e as projeções mostram que, em 2030, os empregos em energias alternativas, eólicas e solares apenas, aumentarão para 2,1 milhões e 6,3 milhões, respectivamente.⁸⁶ As mulheres constituem aproximadamente 20% dos empregados do setor energético, a maioria delas nas áreas não técnicas como administração e relações públicas.⁸⁷ Em abril de 2012, uma coalizão de nove países lançou a iniciativa “Clean Energy Education and Empowerment” (Educação e Empoderamento em Energia Limpa) com o objetivo de atrair mais mulheres jovens para carreiras e posições de liderança nesse setor.⁸⁸ Os países participantes são África do Sul, Austrália, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, México, Noruega, Reino Unido e Suécia.

O setor de exportação é uma fonte importante de trabalho assalariado para as mulheres em alguns países e regiões. A participação feminina no comércio e nos serviços tem contribuído não apenas para seu próprio empoderamento econômico, mas também para a competitividade nacional.⁸⁹ Por exemplo, as mulheres estão fortemente empenhadas na confecção de roupas, onde elas representam mais de 80% dos trabalhadores em Bangladesh e mais de 75% no Quênia.⁹⁰ A expansão do setor da tecnologia de informação e comunicação tem ampliado as oportunidades de emprego para mulheres qualificadas em vários países. Nas últimas décadas, o setor de entrada e processamento de dados gerou empregos em países como Barbados, Filipinas e Jamaica. Mais recentemente, as centrais de atendimento de software e o trabalho relacionado a telecomunicações têm gerado empregos em países como Índia e Malásia.⁹¹ Em alguns casos, a maior presença de mulheres no setor de exportação tem sido acompanhada de aumentos salariais. Dados sobre a China demonstram que as trabalhadoras recebem salários mais elevados nas indústrias relacionadas à exportação do que nas antigas indústrias estatais.⁹²

Propostas inovadoras para melhorar os direitos dos trabalhadores no setor informal envolvem inspeções trabalhistas, sindicatos e organizações dos próprios trabalhadores. Por exemplo, no estado de Gujarat, na Índia, a Associação de Trabalhadoras Autônomas ajuda no monitoramento das condições das trabalhadoras em domicílio e no

QUADRO 9. Tornando mais verdes a proteção social e os programas para o ecossistema

Os pisos de proteção social são ferramentas importantes para reduzir a pobreza, estimular as economias e proteger as sociedades contra os impactos das crises econômicas. Embora concebidos primeiramente como uma estratégia de mitigação da crise socioeconômica, esses pisos também podem dar uma contribuição mais ampla e de longo prazo para se alcançar o desenvolvimento sustentável, se ultrapassarem o espaço social e econômico a fim de integrar a dimensão do desenvolvimento ambiental. Vários países – incluindo Brasil, Equador e Índia – têm sido pioneiros nas estratégias de proteção social que resultam não apenas na melhoria das condições de vida das pessoas, mas também das economias locais e do meio ambiente.

No âmbito da preparação da Rio+20, o Brasil encoraja os demais países a seguir os passos do chamado “ piso de proteção socioambiental”: o “Bolsa Verde”, ou “Programa de Apoio à Conservação Ambiental”, que foi lançado em meados de 2011 e oferece um benefício trimestral de R\$ 300,00 para as famílias pobres que adotem ações voltadas para a preservação do meio ambiente. O “Bolsa Verde” repassa dinheiro e amplia um plano de proteção social pré-existente, o programa federal de transferência de renda “Bolsa Família”, que provê um apoio financeiro para as famílias mais pobres sob as seguintes condições: que as crianças frequentem a escola e sejam vacinadas, que o crescimento e desenvolvimento das crianças seja monitorado e que as gestantes recebam atendimento pré e pós-natal.

Esses dois programas são exemplos de uma estratégia integrada que atravessa todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável: o “Bolsa Família” tem o foco socioeconômico de melhorar a qualidade de vida dos pobres no presente, com uma perspectiva de erradicação da pobreza no longo prazo, com vistas à produção de cidadãos mais escolarizados e saudáveis, e melhor posicionados para quebrar o ciclo de pobreza e dependência da assistência governamental. O Bolsa Verde vai além da dimensão socioeconômica e acrescenta uma dimensão ambiental ao gerar renda complementar para os pobres no presente, ajudar na conservação dos recursos ambientais e proteger os meios de subsistência para as gerações futuras.

Embora os objetivos do programa não mencionem de forma explícita o gênero ou as mulheres, sua concepção demonstra uma sensibilidade ao gênero que marca as iniciativas mais bem-sucedidas em matéria de desenvolvimento sustentável.⁹⁵ O atendimento médico para gestantes é uma condição para receber o benefício, e seu valor varia com base no fato de se alguma mulher da família está ou não grávida naquele momento. As mulheres são as principais beneficiárias das transferências financeiras e constituem 93% dos titulares dos cartões de débito do programa, na expectativa de que desta maneira as crianças sejam as maiores beneficiadas. Os beneficiários, quase sempre novatos no uso dos cartões de débito, também recebem formação financeira – um passo importante para a capacitação que leva à inclusão financeira das mulheres.

Os resultados do programa relativos a gênero também têm sido positivos. As beneficiárias têm experimentado um aumento do seu poder de negociação nas famílias, especialmente nas regiões mais pobres do Brasil. Não depender de seus maridos em pelo menos uma parte da renda familiar tem capacitado as mulheres a negociar melhor com eles e a desempenhar um papel mais ativo nas decisões familiares. Elas também relatam que alcançam um status social mais elevado na comunidade e uma nova disponibilidade de crédito, visto que os comerciantes locais reconhecem a melhoria do poder de compra.

Enfatizando a necessidade de políticas que incluam todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável, o governo brasileiro chama a atenção para a inclusão do conceito de proteção socioambiental no resultado final da Rio+20 – e outros países já adotaram estratégias similares.

Estabelecido em 2008, o Programa Socio Bosque do Equador oferece incentivos econômicos para proprietários individuais de terra, camponeses e comunidades indígenas que se comprometam voluntariamente com a conservação e a proteção das florestas nativas, pântanos ou outras vegetações nativas por um período de 20 anos. O Programa visa a combater o desmatamento, reduzir a emissão de gases com efeito estufa e melhorar as condições de vida das populações rurais.

Na Índia, o Esquema Nacional de Garantia de Emprego Rural é um programa do tipo “cash-for-work”, que também oferece uma garantia de emprego e um salário específico para os desempregados ou subempregados rurais. Lançado em 2005, é um exemplo de iniciativa de piso de proteção social que contribui para a proteção ambiental por meio da criação de empregos verdes produtivos que se concentram na geração de recursos naturais. Esse programa também tem sido uma porta de entrada para o acesso, nas instalações do local de trabalho, a outros serviços sociais, incluindo atendimento de saúde e água potável.

estabelecimento de tarifas mínimas por trabalho coerentes com o salário mínimo.⁹³ No Sudão, as mulheres do setor informal criaram associações para cobrir suas necessidades médicas.⁹⁴

Os desafios para as mulheres

No mundo todo, as mulheres estão menos propensas a ter acesso ao trabalho decente do que os homens. Mulheres indígenas, com deficiências, refugiadas, em situações de pós-conflito e migrantes enfrentam dificuldades adicionais no mercado de trabalho. Como resultado das normas e atitudes relacionadas a gênero, e da segregação de gênero no mercado de trabalho, elas estão desproporcionalmente concentradas nas formas de trabalhos vulneráveis e informais⁹⁶. Além disso, elas se concentram em trabalhos de baixa produtividade, ganham menos e fazem quantidades desproporcionais de trabalho doméstico não remunerado e cuidado da família. O aumento da participação das mulheres em trabalhos remunerados não tem sido acompanhado por uma redução de suas tarefas não remuneradas, em parte porque as políticas econômicas tendem a negligenciar a distribuição do trabalho remunerado e não remunerado entre os gêneros. Relações de poder e barreiras institucionais impedem as mulheres de evoluir para posições superiores e de direção.⁹⁷ A falta de alternativas empurra muitas mulheres para o empreendedorismo de subsistência ou ditado pela necessidades.

Os impactos diferenciados sobre mulheres e homens de uma transição econômica para as economias sustentáveis vão depender de uma série de fatores, tais como: a participação delas na força de trabalho existente; a extensão da segregação ocupacional baseada no gênero; os níveis educacionais e o conjunto de habilidades existentes; e as políticas e programas que tornem a educação e a formação verdes relevantes e acessíveis a todas as pessoas.

O número de adolescentes e jovens é o maior de todos os tempos: atualmente, há mais de 1 bilhão de jovens entre 15 e 24 anos em todo o mundo.⁹⁸ Criar empregos decentes para eles é um desafio global. Em média, as mulheres e os homens jovens são duas ou três vezes mais sujeitos ao desemprego do que os adultos. As taxas de participação das mulheres jovens na força de trabalho são menores que as dos homens. A melhoria no acesso a oportunidades de treinamento ajudará a aumentar a empregabilidade das mulheres jovens e melhorará sua renda e condições socioeconômicas.



No entanto, o número de mulheres que buscam formação em ciências, tecnologia, engenharia ou matemática é menor do que o de homens, e são essas áreas que dão as habilidades necessárias para se ter acesso a empregos verdes e para contribuir com a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Em 2007, a média global da participação de estudantes mulheres nas áreas de engenharia, manufatura e construção foi de apenas 21%.⁹⁹ Em 2008, as mulheres constituíram menos de um terço dos graduados em ciência da computação.¹⁰⁰ Esses dados globais mascaram variações importantes entre os países. Por exemplo, a Mongólia e o Uruguai são os mais próximos de alcançar a paridade de gênero em engenharia. Em outros países como Alemanha, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Suíça, as mulheres representam apenas um quinto dos graduados.¹⁰¹

O caminho a seguir

Uma transição equitativa para as economias sustentáveis e o trabalho decente exigirá que se coloque em prática uma série de medidas. Investir em uma participação igual e efetiva das mulheres na força de trabalho é essencial para se alcançar o crescimento sustentável, inclusivo e o desenvolvimento humano. As instituições do mercado de trabalho precisam monitorar e facilitar os ajustes do mercado, a fim de garantir que amplas oportunidades sejam criadas e os

QUADRO 10. Acesso a emprego e ao trabalho decente

O trabalho é essencial para o bem-estar das pessoas e seu desenvolvimento socioeconômico. A Organização Internacional do Trabalho desenvolveu a Agenda do Trabalho Decente, que se baseia em quatro objetivos estratégicos – com a igualdade de gênero como um objetivo transversal. Os quatro objetivos diretos são: criação de empregos; garantia dos direitos trabalhistas; extensão da proteção social e promoção do diálogo social. Há um amplo consenso internacional entre governos, empregadores, trabalhadores e sociedade civil de que o emprego produtivo e o trabalho decente são elementos-chave para reduzir a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável.

Os governos têm tomado uma série de medidas para apoiar a agenda do trabalho decente. A nova lei da igualdade de gênero, adotada na Espanha em 2007, encoraja a conciliação entre trabalho e vida familiar e promove planos de igualdade em empresas públicas. Na Itália, a legislação obriga empresas públicas e privadas que empregam mais de 100 trabalhadores a fornecer dados semestrais sobre as condições de trabalho desagregados por sexo. Na Jordânia, o governo alterou suas leis trabalhistas, em 2008, a fim de incluir trabalhadores/as domésticos/as.¹⁰³

Para apoiar as responsabilidades familiares, os países nórdicos (que são também os países com as maiores taxas de participação feminina na força de trabalho) empreenderam a promoção mais sistemática da igualdade nas tarefas de cuidado e na divisão do trabalho não remunerado.¹⁰⁴ Na Islândia, a duração da licença parental é de 9 meses, divididos em três partes, com três meses para a mãe, três meses para o pai (não transferíveis) e três meses que os pais podem compartilhar.¹⁰⁵ No Japão, a seguradora Dai-ichi Life Insurance estabeleceu um sistema voltado para famílias, que inclui vários benefícios para os empregados, como licença maternidade e paternidade, redução das horas de trabalho para o cuidado infantil e subsídios para despesas com os cuidados dos filhos. Como consequência, a taxa de empregados homens que usam a licença paternidade aumentou de menos de 2% em 2004 para 34% em 2011.¹⁰⁶

Os serviços de cuidado têm visado grupos específicos. Na Colômbia, creches comunitárias foram criadas para possibilitar às famílias pobres maior acesso a trabalhos remunerados.¹⁰⁷ Na República Dominicana, foram criados serviços para filhos de estudantes e de empregados da universidade. Em alguns casos, a mudança é promovida ao se colocar o foco no papel dos homens.¹⁰⁸ A Rede Sonke de Justiça de Gênero, da África do Sul, usa abordagens inovadoras para fortalecer a capacidade e o compromisso dos homens com o cuidado das crianças, inclusive órfãos contaminados com HIV/AIDS em áreas rurais.¹⁰⁹ Na Jamaica, a área de Assuntos das Mulheres fez parcerias com ONGs e agências sociais, como a Fathers Incorporated, para apoiar e fortalecer a participação dos homens nas tarefas de cuidado.

custos desse ajuste minimizados. É importante adotar medidas explícitas para assegurar que as mulheres não sejam marginalizadas em setores de empregos precários e mal remunerados.¹⁰² Também são necessários esforços para garantir trabalho decente tanto para mulheres quanto para homens, e apoiar a evolução de carreira das mulheres para cargos de direção.

Os pisos de proteção social são necessários para minimizar os efeitos negativos sobre os mais vulneráveis. Os esforços devem ser intensificados para garantir que mulheres e meninas tenham

oportunidades iguais em educação, formação e emprego, assim como acesso igual a bens produtivos, a fim de possibilitar sua participação em empregos verdes e a criação de negócios verdes. Medidas especiais em áreas como o fornecimento seguro e acessível de instalações e serviços para crianças, doentes e idosos, como também de sistemas de incentivo para empregadores, podem apoiar o aumento do número de mulheres nesses setores. Um diálogo social efetivo entre todas as partes interessadas será essencial, se se deseja uma transição justa.

Importância para o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado se as pessoas não são saudáveis ou se sua capacidade funcional está comprometida por causa de doenças, fome ou insegurança. A degradação ambiental, a má gestão de recursos e padrões de vida e consumo não saudáveis são os principais fatores que afetam a saúde.

Além disso, os problemas de saúde geram pobreza e limitam o desenvolvimento econômico. O vínculo entre saúde e meio ambiente é mais visível entre os pobres, que vivem com frequência em locais inseguros, inclusive em áreas rurais carentes, em favelas ou nas periferias urbanas.¹¹⁰ Tais segmentos da população estão mais sujeitos à poluição e a outros riscos de saúde em suas casas, comunidades e locais de trabalho; também estão mais propensos a consumir alimentos insuficientemente nutritivos.

Essas circunstâncias, muitas das quais resultam de desigualdades sociais generalizadas, combinam-se para comprometer a capacidade de levar uma vida social e economicamente produtiva nas comunidades afetadas, e podem ter um efeito tão profundo quanto deteriorar a capacidade de um país pobre de se desenvolver. Influenciando ainda mais essa dinâmica estão as tendências globais de urbanização, a poluição, a falta de saneamento e acesso adequados a serviços básicos entre os cidadãos mais pobres do mundo.

As contribuições das mulheres

Reconhecer as contribuições das mulheres para a saúde implica reconhecer seu papel e valor que estão além daqueles de ser beneficiárias dos serviços sociais e de desenvolvimento. Quando elas têm renda, reinvestem uma maior porcentagem em suas famílias do que os homens.¹¹¹ Além disto, as mulheres fornecem a maioria dos serviços de saúde no mundo todo, seja de maneira formal ou informal, e também em casa. Os dados disponíveis indicam que elas respondem por mais de 50% da força de trabalho em saúde em muitos países, o que significa 30 milhões dos quase 60 milhões dos trabalhadores em tempo integral da área da saúde no mundo.¹¹²

Apesar disso, as mulheres continuam concentradas em ocupações que são vistas como de status inferior – incluindo o trabalho como enfermeiras,

parteiras e agentes comunitárias de saúde. Poucas mulheres estão entre os profissionais altamente treinados e mais bem pagos.

Além daquelas engajadas formalmente na área da saúde, milhões de mulheres são prestadoras informais de cuidados de saúde não remunerados,¹¹³ dedicando incontáveis horas para suas famílias e comunidades. Quando a AIDS entra em uma comunidade pequena ou na família, por exemplo, as mulheres são sempre as primeiras a reagir.

Dados da África subsaariana revelam o valor econômico do trabalho de cuidado não remunerado no contexto de HIV/AIDS, e os números são impressionantes: dezenas de milhares de cuidadoras não remuneradas na faixa etária entre 20 e 49 anos doam em média 69 horas por mês para cuidar de doentes e vulneráveis – uma contribuição com valor econômico significativo.¹¹⁴ Embora resilientes, as mulheres precisam de apoio para mitigar o impacto de doenças e deficiências graves, principalmente quando os sistemas de saúde dos países ou das comunidades não funcionam bem o suficiente para prestar os serviços necessários – ou simplesmente não existem.

Em Malawi, uma pesquisa mostra que os programas de proteção social, tais como a transferência de renda para que as jovens rurais permaneçam na escola, têm resultado na redução do HIV e das doenças sexualmente transmissíveis. Além da queda da prevalência do HIV, o estudo constatou que as moças que recebem essa transferência de renda escolhem



parceiros mais jovens e têm uma atividade sexual mais cuidadosa do que as que não recebem.

Um estudo da África do Sul forneceu evidências de que uma intervenção combinada de microfinanciamento com capacitação tem o potencial de gerar benefícios econômicos e sociais e levar a reduções significativas nos níveis de violência por parceiros íntimos entre as participantes do programa. Esses exemplos demonstram que há benefícios importantes em uma abordagem multissetorial à promoção da saúde e do bem-estar que coloca a igualdade de gênero no centro da discussão.

Os desafios para as mulheres

Embora as mulheres tendam a viver entre seis e oito anos a mais do que os homens, numa escala global, há disparidades regionais consideráveis. Por exemplo, a expectativa de vida das mulheres africanas ao nascer é mais baixa do que no resto do mundo, tendo chegado a apenas 54 anos em 2007. Em contrapartida, mulheres de 35 países de outras regiões têm uma expectativa acima de 80 anos.¹¹⁵

Enquanto as doenças cardiovasculares, os problemas mentais que levam ao suicídio e outras formas de autoflagelação, e outros problemas de saúde igualmente sérios afligem e matam mulheres em sociedades avançadas e em desenvolvimento, a maior parte dos grandes desafios de saúde recai sobre aqueles que já carregam os fardos socioeconômicos mais pesados. Praticamente todas as mortes maternas em todo o mundo ocorrem em países em desenvolvimento. Mesmo que todas as mulheres e meninas corram o risco de gravidez indesejada e abortos inseguros, aquelas nascidas em sociedades menos avançadas estão em desvantagem devido à falta de acesso à informação e às modernas formas de planejamento familiar que poderiam prevenir tais situações. As complicações relacionadas à gravidez são as principais causas de morte de mulheres entre 15 e 19 anos em países em desenvolvimento, e os abortos inseguros contribuem de forma substancial para a taxa de mortalidade anual. O número de mortes causadas pelo câncer do colo do útero também é consideravelmente elevado no mundo em desenvolvimento devido à quase inexistência de exames.



QUADRO 11. O projeto “Saúde dá Retorno” constrói um modelo entre pares de educação em saúde

A mais promissora das recentes iniciativas globais, elaborada para abordar as causas básicas da mortalidade materna persistente, chama-se “Toda Mulher, Toda Criança” (Every Woman, Every Child). Lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e sob a direção da Estratégia Global para a Saúde da Mulher e da Criança, a iniciativa tem como objetivo salvar a vida de 16 milhões de mulheres e crianças até 2015.¹¹⁶

Desde sua criação, em setembro de 2010, 203 parceiros – incluindo governos, países doadores e instituições filantrópicas, agências da ONU e outras organizações multilaterais, representantes da sociedade civil e comunidade empresarial, trabalhadores da área de saúde e suas associações profissionais, e instituições acadêmicas e de pesquisa – assumiram 217 compromissos com os esforços da iniciativa “Toda Mulher, Toda Criança”.¹¹⁷ Tais compromissos vão desde a garantia de prestações de serviços que assegurem a mulheres e crianças o acesso a prevenções, tratamentos e cuidados que salvam vidas, até engajamentos políticos que mobilizem apoio político, melhorem a prestação de contas, e comprometam recursos financeiros.¹¹⁸

Uma inovação desta campanha é o projeto “Health Enables Returns” (Saúde dá Retorno, ou projeto HER), que responde às necessidades de educação em saúde de milhões de mulheres jovens que trabalham em fábricas exportadoras em países em desenvolvimento.¹¹⁹ Muitas dessas jovens são migrantes, têm de suportar longas horas de trabalho e não conseguem ter acesso às redes de apoio tradicionais que poderiam ajudá-las em suas necessidades de saúde.¹²⁰ Além disto, essas mulheres têm pouco conhecimento sobre saúde, inclusive em relação às questões de saúde reprodutiva. Em resposta a essa lacuna no acesso e na educação em saúde, o projeto HER investe na formação de operárias, supervisoras de linha, enfermeiras clínicas e equipes de recursos humanos para que informem seus pares sobre tópicos de saúde que vão de planejamento familiar e cuidado pré e pós-natal, até nutrição, doenças sexualmente transmissíveis, assédio sexual e violência.

O caminho a seguir

Os avanços em desenvolvimento sustentável estão intrinsecamente ligados à resposta às necessidades da saúde. Neste sentido, devem ser colocadas em prática políticas para: eliminar as desigualdades em saúde, especialmente aquelas baseadas em gênero; assegurar que a saúde seja priorizada em todos os contextos, setores, políticas e processos de planejamento; abordar os determinantes sociais e estruturais da saúde e investir no desenvolvimento dos sistemas de saúde elaborados para abordar e responder às diferentes necessidades de mulheres e homens.

Mais do que nunca, a comunidade do desenvolvimento reconhece a melhoria da saúde das mulheres e o alcance da igualdade de gênero como prioridades cruciais. Avançar em direção à igualdade de gênero na saúde implica tanto na eliminação da discriminação contra a mulher quanto na atenção às suas necessidades específicas, incluindo a saúde reprodutiva, mas não se limitando a isto. A saúde das mulheres não pode ser definida apenas pelo seu papel reprodutivo biológico; deve incluir sua saúde geral, que é afetada por fatores sociais, culturais e econômicos.

Importância para o desenvolvimento sustentável

A educação é o investimento mais produtivo que as nações podem fazer com vistas à recuperação econômica e à construção de sociedades prósperas, saudáveis e equitativas. Ela empodera os indivíduos para que possam participar plenamente da sociedade, reivindicar seus direitos e atingir seu máximo potencial. Também melhora a subsistência individual e as oportunidades de emprego para as gerações futuras.

A educação – e, mais especificamente, a qualidade da educação – vai além de dar oportunidades no mercado de trabalho. Ela promove as habilidades necessárias para a inovação e os valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável e para uma transformação social com base na igualdade, nos direitos humanos, na justiça, no crescimento sustentável e no desenvolvimento humano.

As oportunidades educacionais têm se expandido nas últimas décadas, permitindo a uma grande parcela da população do mundo ter acesso à educação formal. A proporção de matrículas entre meninas e meninos tem melhorado

constantemente, chegando a 97 meninas para 100 meninos no ensino primário, 96 meninas para 100 meninos no ensino secundário e 108 mulheres para 100 homens no ensino terciário em 2008.¹²¹ À medida que mais crianças completam a escola primária, a demanda por educação secundária cresce. Tendo em vista que o mercado de trabalho exige níveis mais elevados de competências, conhecimentos e habilidades, o acesso à educação secundária tem se tornado cada vez mais importante. No entanto, em muitos países, as crianças não conseguem terminar o estudo secundário devido aos custos, às tarefas domésticas ou à obrigação de trabalhar.¹²²

As contribuições das mulheres

É amplamente reconhecido que a igualdade de gênero na educação é a chave para se alcançar igualdade, desenvolvimento e paz. A sociedade mundial tem melhor classificação em educação do que em qualquer outro indicador de desenvolvimento: dois terços dos países já alcançaram a paridade nas matrículas do ensino primário, em todo o mundo.¹²³ A presença de mulheres no ensino superior tem crescido quase duas vezes mais rápido que a dos homens nas últimas quatro décadas, em dois terços dos países com dados disponíveis – principalmente devido à mobilidade social, melhoria do potencial de renda e pressão internacional para diminuir o hiato de gênero. A grande maioria dos jovens no mundo são alfabetizados, e as melhorias nas taxas de alfabetização vêm acompanhadas pelo declínio das disparidades de gênero.¹²⁴

A proporção de professoras vem subindo no mundo todo, desde 1995. O maior aumento ocorreu na Ásia Oriental e no Pacífico, onde as mulheres constituem agora quase a metade (49%) de todos os professores da escola secundária. Na África Subsaariana acontece o inverso: a proporção de professoras na escola secundária regrediu de 33 para 29% entre 1995 e 2009. Globalmente, as mulheres representam 62% dos professores do ensino primário, comparado com 49% para os primeiros níveis de educação secundária.¹²⁵ As professoras desempenham um papel importante como modelos para meninas e meninos, em particular nas áreas de ciências e tecnologia. Porém, tanto professoras quanto professores podem perpetuar os estereótipos de gênero e, desse modo, expandir ou limitar as oportunidades dos jovens.¹²⁶

A educação é crucial para se alcançar os objetivos de desenvolvimento. Os dados disponíveis sugerem que, se todos os estudantes de países



de baixa renda adquirissem habilidades básicas de leitura, 171 milhões de pessoas – 12% entre as mais pobres do mundo – poderiam ser retiradas da pobreza.¹²⁷ Cada ano de escolaridade pode aumentar a renda das mulheres entre 10% e 20%. Mulheres instruídas têm mais possibilidades de conseguir condições de trabalho decente, adiar a maternidade, resistir à violência e participar dos processos políticos.¹²⁸

Existem também vínculos diretos entre a educação e a saúde das mulheres – não apenas no sentido de bem-estar, mas de simples sobrevivência, tanto para mulheres quanto para crianças.¹²⁹ As mulheres com educação pós-primária têm cinco vezes mais possibilidades de saber sobre prevenção do HIV do que as mulheres analfabetas. Na África Subsaariana, se as mães tivessem pelo menos alguma educação secundária, poderiam salvar as vidas de aproximadamente

1,8 milhão de crianças (com base em dados de 2008). Estima-se que, entre 1970 e 2009, o crescimento da educação entre as mulheres em idade reprodutiva foi responsável por evitar 4 milhões de mortes de crianças até 5 anos.¹³⁰

Os desafios para as mulheres

Apesar do entendimento global sobre a importância da educação e do compromisso de longo prazo por parte de governos e outros atores importantes com a garantia de educação para todos, atingir esse objetivo ainda é um desafio. Assim como em outros sociais e de desenvolvimento, as mulheres estão em maior desvantagem devido a normas culturais seculares que têm priorizado o progresso masculino e, com frequência, até mesmo proibido o das mulheres. Consequentemente, elas constituem dois terços dos 774 milhões de adultos analfabetos no mundo,

QUADRO 12. Os Emirados Árabes Unidos promovem a participação das mulheres nas ciências do futuro

Segundo o Governo dos Emirados Árabes Unidos¹³¹, a proporção de mulheres matriculadas em educação superior no país está entre as mais elevadas do mundo: 41 mulheres para 22 homens.¹³² Entretanto, a participação delas nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) ainda é baixa se comparada com seus pares homens. O governo procura eliminar este hiato de gênero e empoderar tanto mulheres quanto homens, a fim de que desempenhem um papel cada vez mais ativo na transição para uma economia verde e fundamentada no conhecimento. O Governo de Abu Dhabi fez uma parceria com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts com o objetivo de criar o Instituto de Tecnologia e Ciências Masdar, voltado para estudos de graduação em energia renovável, sustentabilidade, meio ambiente, recursos hídricos, sistemas de engenharia e gestão, ciências e gestão de materiais avançados.

O instituto começou a funcionar em 2011, com esforços voltados para aumentar as matrículas de mulheres (atualmente em 37%), a fim de assegurar que elas estejam capacitadas para se tornar pioneiras e inovadoras na economia verde.¹³³ Durante um fórum da Clean Energy, Education and Empowerment Initiative, realizado em abril de 2011, em Abu Dhabi, mulheres líderes enfatizaram o importante papel das mulheres na revolução da energia limpa e a necessidade de superar as barreiras para a participação e a liderança delas nas áreas relacionadas a esse tipo de energia. “Aumentar a representação das mulheres em [CTEM] pode beneficiar a sociedade [...] ao se recorrer a um grande reservatório de talentos [...] para desenvolver soluções de energia limpa que mitigarão o impacto da mudança climática”, disse a Dr. Georgeta Vidican, Professora Assistente de Sistemas de Engenharia e Programa de Gestão no Masdar, durante um painel de discussão sobre a liderança das mulheres na energia limpa. Conclusões de pesquisas do instituto demonstram que mulheres com modelos femininos são duas vezes mais propensas a considerar carreiras de CTEM nas áreas de CTEM do que as mulheres que não o fazem – o que significa dizer que, quanto mais as mulheres trabalharem nessas áreas, mais seguirão este caminho.

e esta proporção não foi alterada nas últimas duas décadas. Mais da metade das 72 milhões de crianças fora da escola são meninas.¹³⁴

Comparada com a participação no nível primário, uma porcentagem significativamente menor da população frequenta a escola secundária, e apenas 39% dos países têm proporções iguais de meninos e meninas matriculados neste nível.¹³⁵ A distribuição das matrículas do ensino superior em várias áreas de estudo evidencia desigualdades de gênero no mundo todo, com mulheres dominando as esferas de educação, saúde e bem-estar, ciências sociais, humanidades e artes, mas subrepresentadas nas

áreas de ciências e engenharia.¹³⁶ As mulheres continuam em menor número nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, seja na academia, no setor público ou em empresas privadas, enquanto os homens continuam a dominar os níveis mais altos de estudo, representando 56% dos doutores e 71% dos pesquisadores.

Além disso, um melhor acesso à educação terciária ou superior nem sempre se traduz em oportunidades de carreira para as mulheres, inclusive oportunidades para usar os doutorados em pesquisa.¹³⁷ A qualidade e o conteúdo dos currículos também continuam com problemas, muitas vezes perpetuando os mesmos estereótipos



de gênero que caracterizam as culturas onde se definem – mesmo nas sociedades mais avançadas.

A exclusão e sobrerrepresentação das mulheres em áreas educacionais específicas estão fundamentadas na discriminação socioeconômica que persiste dentro das famílias, das comunidades, dos mercados e dos Estados. Tal discriminação está, com frequência, enraizada nos princípios patriarcais de família e nos sistemas de parentesco que veem apenas o menino como um membro permanente da família de origem e sua linhagem econômica e social. As meninas, por sua vez, são vistas como membros da futura família do cônjuge, destinadas pelo casamento a contribuir com outra família e, portanto, vistas frequentemente como dispensáveis, não merecedoras do investimento em educação ou outros recursos – sobretudo quando eles são escassos. O maior investimento em educação é conseqüentemente feito nos meninos.

Os estereótipos familiares das mulheres como donas de casa e dos homens como provedores – e os estereótipos vinculados da mulher “nutridora”, emotiva, fisicamente atraente, e do homem racional, adepto da tecnologia e intelectual – continuam a manter as mulheres à margem da educação e excluí-las de certos empregos. Alguns fatores contribuem para essa exclusão: segregação sexual, casamento precoce, controle sobre a mobilidade e interação das mulheres, falta de infraestrutura e instalações escolares adequadas a elas, falta de segurança no transporte e no ambiente escolar e a falta de apoio público para a educação das mulheres. Tais desigualdades são agravadas em tempos de crises econômica e financeira, desastres naturais e conflitos políticos, prejudicando ainda mais as oportunidades econômicas para meninas e meninos carentes, principalmente aqueles nascidos em grupos autóctones ou minoritários em áreas rurais remotas.

O caminho a seguir

Os desafios no setor da educação não são exclusivos do mundo em desenvolvimento. A qualidade da educação precisa ser melhorada no mundo inteiro – desde o fornecimento de formação de qualidade aos professores e aspirantes antes de colocá-los nas salas de aula até a contratação de mais professores, a melhoria em suas condições de trabalho e o alinhamento de suas remunerações com a importância da profissão para o avanço contínuo da sociedade.

Os conceitos de igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e direitos humanos devem ser integrados na educação primária, secundária, terciária e superior. Devem ser tomadas medidas para encorajar tanto mulheres quanto homens a seguir áreas de estudo não tradicionais, como as ciências e a tecnologia para as mulheres, e a enfermagem e outras áreas de cuidado para os homens.

Combinar as oportunidades de educação disponíveis com as demandas do mercado é outra área que exige atenção. Os jovens precisam de educação de qualidade que os prepare para as expectativas do mercado de trabalho moderno, incluindo conhecimento, habilidades e valores relacionados ao crescimento sustentável e ao desenvolvimento humano. Os desafios do mundo atual tornaram mais urgente do que nunca manter e aumentar os ganhos obtidos na última década na área da educação – ganhos conquistados como resultado direto de uma liderança e um compromisso político fortes, combinados com políticas sólidas e financiamento.

Os governos devem garantir que o recrutamento, a manutenção e a promoção de professores em todos os níveis sejam baseados nos princípios de igualdade e não discriminação, para assegurar a plena participação das mulheres na força de trabalho nacional e mundial, inclusive em cargos de direção.





O FUTURO QUE AS MULHERES QUEREM

A mudança de paradigma em direção ao desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas deve ser construída sobre a premissa dos direitos humanos, da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres. Isto requer uma reorientação do foco para o desenvolvimento centrado nas pessoas, que priorize a expansão das capacidades e a redução de todos os tipos de desigualdades e promova os direitos e a ação de mulheres e homens. É uma mudança para um mundo onde os seres humanos – e não a maximização do lucro – são colocados no centro da ação e da tomada de decisão, no qual mulheres e homens assumem suas responsabilidades em relação ao consumo, produção e manejo sustentáveis dos recursos naturais e respeitam os limites dos recursos do planeta.

A nova agenda de desenvolvimento deve valorizar o potencial único, adaptável e inovador das mulheres, bem como suas contribuições concretas, remuneradas ou não, para suas famílias, sociedades e economias. São necessárias medidas mais fortes para reduzir o trabalho de cuidado não remunerado que as mulheres fazem, e dividir esse trabalho de modo mais equitativo entre mulheres, homens e instituições.

As três dimensões do desenvolvimento sustentável e sua integração não podem ser completamente abordadas sem se reconhecer a centralidade da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres.

A agenda de desenvolvimento do pós-Rio+20 e do pós-2015 precisa ser construída com base nesta mudança de paradigma e se fundamentar nos princípios do marco normativo global desenvolvido ao longo das últimas décadas, incluindo os padrões abrangentes estabelecidos na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim e outros documentos, tais como o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.

Qualquer novo conjunto de objetivos deve incluir a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres de maneira transversal e conter metas e indicadores sensíveis ao gênero. Deve haver também um objetivo específico para a igualdade de gênero, que vá além do atual ODM 3 e capte as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. A ONU Mulheres continua a trabalhar junto com os governos, a sociedade civil e outros interessados em desenvolver qualquer nova série de objetivos.

As prioridades estratégicas de 2005 da Força Tarefa do Projeto do Milênio ainda são relevantes e devem ser consideradas como componentes fundamentais deste objetivo ampliado sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, incluindo: promover o acesso total e equitativo de mulheres e meninas à educação pós-primária; proteger e assegurar seus direitos e saúde sexuais e reprodutivos; investir em infraestruturas que reduzam sua carga de trabalho; garantir seus direitos de propriedade e herança; eliminar a desigualdade de gênero no emprego; aumentar a participação das mulheres em parlamentos e governos locais; e combater a violência sexual baseada no gênero contra mulheres e meninas.¹³⁸

O novo marco deve ser universal e se basear nos princípios dos direitos humanos. Deve captar a pobreza, a privação e outras desigualdades que se inter-relacionam com a inequidade de gênero, tais como a discriminação com base em idade, renda, localização (rural ou urbana), raça, etnia, deficiência e outros fatores, inclusive situações específicas de povos indígenas e pessoas com HIV e AIDS. Esse marco deve incluir também metas e indicadores específicos sobre a eliminação da violência contra mulheres e meninas. É crucial que os ideais e a visão do Futuro que Nós Queremos orientem o processo de elaboração de objetivos, metas e indicadores para o novo marco de desenvolvimento.

A prestação de contas por parte de todos os atores – governos, ONU e outras organizações internacionais, instituições financeiras internacionais e bancos regionais, sociedade civil e setor privado – deve estar prevista no novo paradigma e no novo marco. A participação da sociedade civil, inclusive das organizações de direitos das mulheres, deve ser central para as discussões e os debates em torno da fixação de objetivos e prioridades, bem como no monitoramento e avaliação do progresso realizado.

Nós temos todo o conhecimento, tecnologia e recursos necessários para agir agora. Precisamos de liderança e compromisso político para uma ação abrangente e urgente. As mulheres são parceiras dinâmicas na promoção da coerência, integração e inovação do desenvolvimento sustentável.

Conclamamos os governos a reafirmar e fortalecer as normas mundiais sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, ao mesmo tempo que conclamamos os governos a acelerar a implementação total dessas normas. Fazemos, portanto, um chamado à ação para:

A. Oferecer às mulheres condições de contribuir para e se beneficiar do desenvolvimento sustentável

- Prover acesso universal a serviços essenciais, como água potável e saneamento básico, energia, educação e saúde, inclusive saúde sexual e reprodutiva, e garantir representação igual de mulheres e homens na gestão e prestação de serviços.
- Garantir o direito das mulheres a recursos e bens produtivos, tais como terra, recursos naturais e financeiros, tecnologia e informação, a fim de possibilitar seu empoderamento econômico e a administração sustentável desses recursos.
- Garantir que as mulheres participem e se beneficiem das oportunidades de educação e emprego em economias sustentáveis.
- Criar empregos verdes que tenham um foco maior no empoderamento econômico das mulheres.
- Aperfeiçoar e transferir tecnologias sensíveis a gênero e eficazes em termos de custo, tais como aquelas que poupam esforço e tempo.
- Adotar a abordagem do piso de proteção social com perspectiva de gênero para prover proteção social básica a todos/as.
- Tomar medidas para assegurar apoio financeiro de longo prazo para serviços sociais básicos destinados a mulheres e homens, meninas e meninos em situação de necessidade e os que trabalham no setor informal.

B. Alavancar a atuação e a liderança das mulheres pelo desenvolvimento sustentável

- Promover igual acesso e plena participação das mulheres nos processos decisórios e de governança nas dimensões econômica, social e ambiental.
- Tomar medidas especiais temporárias para acelerar o acesso das mulheres aos processos decisórios.
- Garantir que as mulheres, inclusive as jovens, tenham participação equitativa no desenvolvimento de qualquer marco institucional, mecanismo ou ferramenta de implementação do desenvolvimento sustentável.
- Reconhecer as contribuições das mulheres e suas organizações para a inovação e a transformação.

C. Criar um ambiente propício para a igualdade de gênero no desenvolvimento sustentável

- Priorizar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em políticas e estratégias sobre comércio, cooperação para o desenvolvimento, investimento externo direto, transferência de tecnologia e desenvolvimento de capacidades.
- Integrar as perspectivas de gênero ao planejamento e orçamento nacionais, e aos mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação, a fim de alinhar os compromissos relativos à igualdade de gênero com os objetivos do desenvolvimento sustentável.
- Garantir investimentos financeiros específicos para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todos os programas e projetos, inclusive para programas comunitários e apoio à infraestrutura local.
- Engajar mulheres cientistas, inovadoras e decisoras de forma plena nos processos de desenvolvimento e concepção de tecnologias verdes.
- Melhorar a qualidade da cooperação para o desenvolvimento e aumentar seu impacto, dando prioridade à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.
- Investir na transferência de conhecimento e assistência técnica para a capacitação em igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável.
- Coletar, analisar e divulgar dados desagregados por sexo, idade, áreas rural/urbana e outros fatores, e desenvolver indicadores sensíveis a gênero para servir como base para políticas que respondam às questões de gênero.

D. Estabelecer um marco de desenvolvimento que responda às questões de gênero

- Reconhecer e integrar plenamente a igualdade de gênero e os direitos humanos na totalidade do conteúdo de qualquer marco institucional para o desenvolvimento sustentável.
- Elaborar e adotar um objetivo de desenvolvimento sustentável específico sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, e apoiar a integração de metas e indicadores sensíveis a gênero em todos os demais objetivos.
- Promover a coordenação, coerência e integração na implementação de compromissos pelo desenvolvimento sustentável, inclusive a Plataforma de Ação de Pequim.

NOTAS

1. World Bank. 2012. The Global Monitoring Report 2012: Food Prices, Nutrition, and the Millennium Development Goals. <http://go.worldbank.org/B8CQ09GOZO>.
2. United Nations. 1945. Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice. www.un.org/en/documents/charter/index.shtml.
3. United Nations. 2009. Statement of the CEDAW Committee on Gender and Climate Change, CEDAW, 44th session, New York. www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/Gender_and_climate_change.pdf.
4. United Nations website: <http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>.
5. Ibid.
6. Ver definição em UNDP. 2009. Unpaid care work. Policy Brief, Gender equality and poverty reduction series, Issue 01, October 2009. <http://content.undp.org/go/newsroom/publications/womens-empowerment/policybrief-100201.en>.
7. United Nations. 2000. Review and appraisal of the implementation of the Beijing Platform for Action, Report of the Secretary-General, E/CN.6/2000/PC/2. www.un.org/womenwatch/daw/csw/ecn6-2000-pc2.pdf.
8. United Nations. 2010. Review of the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action, the outcomes of the twenty-third special session of the General Assembly and its contribution to shaping a gender perspective towards the full realization of the Millennium Development Goals, Report of the Secretary-General, E/2010/4-E/CN.6/2010/2. www.un.org/womenwatch/daw/beijing15/documentation.html.
9. United Nations. 2000. United Nations Millennium Declaration, resolution adopted by the General Assembly, 55/2. www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm.
10. World Bank. 2012. World Development Report 2012: Gender Equality and Development. <http://go.worldbank.org/6R2KGVEXPO>.
11. United Nations. 2010. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders, Margaret Sekaggya. 16th session of the Human Rights Council, A/HRC/16/44. www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/16session/A-HRC-16-44.pdf.
12. Ciudad Saludable website: www.ciudadsaludable.org/en/index.html.
13. Nidhi Tandon. 2012. Empowerment of women in a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication: the case for community-based, gender-equitable and human-rights-based economic development. Documento de referência realizado pela ONU Mulheres para a Rio+20. Não publicado.
14. UNEP and GRID-Arendal. 2004. The Environment Times, Poverty Times #2. www.grida.no/publications/et/ep2/page/2500.aspx.
15. Bina Agarwal. 2010. Gender and Green Governance: the Political Economy of Women's Presence within and beyond Community Forestry; and Buckingham. Call in the Women. Nature 468:502; and, Agarwal 2009. Does Women's Proportional Strength Affect their Participation? Governing Local Forests in South Asia. World Development 38(1).
16. UNEP. 2011. Green Economy Report 2011. Chapter on Water www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport/tabid/29846/default.aspx.
17. Ibid.
18. Ver, por exemplo, International Food Policy Research Institute and Veolia Water. 2011. Finding the Blue Path for A Sustainable Economy: A White Paper. www.veoliawaterna.com/north-america-water/ressources/documents/1/19979,IFPRI-White-Paper.pdf.
19. United Nations. 2010. The Human right to water and sanitation. General Assembly Resolution 64/292. www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml; e United Nations. 2011. The human right to safe drinking water. Human Rights Council Resolution 18/1. www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/18session/resolutions.htm.
20. United Nations. 2005. Water for Life Decade 2005-2015. UN Water. www.un.org/waterforlifedecade/pdf/waterforlifebkit-e.pdf.
21. Water.org. nd. Water facts. <http://water.org/water-crisis/water-facts/women/>.
22. Amy J. Pickering and Jennifer Davis. 2012. Freshwater Availability and Water Fetching Distance Affect Child Health in Sub-Saharan Africa. Environmental Science and Technology, Stanford University. <http://pubs.acs.org/doi/abs/10.1021/es203177v>.
23. Céline Nauges and Jon Strand. 2011. Water hauling and girls' school attendance: some new evidence from Ghana. World Bank. May 26, 2011. http://water.worldbank.org/sites/water.worldbank.org/files/Water%20hauling%20and%20Girls%20school%20attendabce_Ghana_Strand%20%20Nauges%2026%20May%202011_o.pdf.
24. United Nations. nd. Gender, Water and Sanitation: A Policy Brief. UN Water and the Interagency Network on Women and Gender Equality in support of the International Decade for Action, 'Water for Life', 2005-2015. www.un.org/waterforlifedecade/pdf/un_water_policy_brief_2_gender.pdf.
25. SOPPECOM. 2009. Situational Analysis of Women Water Professionals in South Asia. http://governance-iwlearn.org/wp-content/uploads/2011/08/women-water-professionals_sacii.pdf.
26. UNEP and GRID-Arendal. 2004. The Environment Times, Poverty Times #2. www.grida.no/publications/et/ep2/page/2500.aspx.
27. Rainbow World Fund website: www.rainbowfund.org/links/projects.html.
28. Jim Schultz. 2000. Bolivia's Water War Victory. Third World Traveler. Earth Island Journal, Autumn 2000. www.thirdworldtraveler.com/South_America/Bolivia_WaterWarVictory.html.
29. United Nations. 2012. On the Right Track: Good practices in realising the rights to water and sanitation. Report of the United Nations Special Rapporteur on the human right to safe drinking water and sanitation. www.ohchr.org/Documents/Issues/Water/BookonGoodPractices_en.pdf.
30. The Water Dialogues South Africa. www.waterdialogues.org/south-africa/index.htm.
31. UNEP. 2011. Green Economy Report 2011. Chapter on Agriculture. www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport/tabid/29846/default.aspx.
32. FAO. 2010. State of Food Insecurity in the World 2010. www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf.
33. FAO. 2011. The state of the world's land and water resources for food and agriculture (SOLAW) - Managing systems at risk. www.fao.org/nr/solaw/the-book/en/.
34. UNEP. 2011. Green Economy Report 2011. Chapter on Agriculture. www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport/tabid/29846/default.aspx.
35. FAO. 2011. The state of the world's land and water resources for food and agriculture (SOLAW) - Managing systems at risk. www.fao.org/nr/solaw/the-book/en/.
36. FAO 2011. The State of Food and Agriculture 2010-2011, Women in Agriculture: Closing the gender gap for development. www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e000.htm.
37. Ibid.
38. FAO. 2011. The role of women in agriculture, ESA Working Paper No. 11-02. www.fao.org/docrep/013/am307e/am307e00.pdf.
39. United Nations. 2012. The empowerment of rural women and their role in poverty and hunger eradication, development and current challenges, report of the Secretary-General, E/CN.6/2012/3. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw56/documentation.htm.
40. Ibid.
41. ILC and the Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies. 2011. Securing women's access to land: linking research and action. An overview of action-research projects in Southern Africa. Synthesis Report No. 15.
42. United Nations. 2012. The empowerment of rural women and their role in poverty and hunger eradication, development and current challenges, report of the Secretary-General, E/CN.6/2012/3. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw56/documentation.htm.
43. FAO. 2011. The role of women in agriculture, ESA Working Paper No. 11-02. www.fao.org/docrep/013/am307e/am307e00.pdf.
44. Ibid.
45. Ibid.
46. International Food Policy Research Institute. 1996. Food Security and Nutrition Implications of Intrahousehold Bias: A review of literature, FCND Discussion Paper No. 19. www.ifpri.org/sites/default/files/publications/pubs_div_fcnd_dp_papers_dp19.pdf.
47. N.O. Onofriok and D.O. Nnanyelugo. 1998. Weaning foods in West Africa: nutritional problems and possible solutions. Food and Nutrition Bulletin, Vol. 19, No. 1, 1998. <http://archive.unu.edu/unupress/food/V19i1/cho6.htm>.
48. OECD. 2011. Gender inequality and the MDGs; what are the missing dimensions? At issue. September 2010. www.oecd.org/dataoecd/11/56/45987065.pdf.
49. FAO. 2011. The role of women in agriculture, ESA Working Paper No. 11-02. www.fao.org/docrep/013/am307e/am307e00.pdf.
50. Ibid.
51. International Energy Agency. 2010. World Energy Outlook 2010. www.worldenergyoutlook.org/publications/weo-2010/.
52. UNEP. 2011. Green Economy Report 2011. Chapter on Renewable Energy. www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport/tabid/29846/default.aspx.
53. Ver o website da ONU Mulheres para mais detalhes: www.unwomen.org/2011/12/un-announces-award-winners-first-gender-equity-award-winner-2011.
54. United Nations. 2012. The empowerment of rural women and their role in poverty and hunger eradication, development and current challenges, report of the Secretary-General, E/CN.6/2012/3. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw56/documentation.htm.
55. Wadan Narsey. 2007. Gender Issues in Employment, Underemployment and Incomes in Fiji. www.fijichris.gov.fj/docs/108.pdf.
56. UNDP. 2011. Human Development Report 2011, Sustainability and Equity: A Better Future for All. <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/>.
57. United Nations. 2012. The empowerment of rural women and their role in poverty and hunger eradication, development and current challenges, report of the Secretary-General, E/CN.6/2012/3. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw56/documentation.htm.
58. World Bank. 2012. Social influences on gender equity in access to and benefits from energy. Background paper prepared by Joy Clancy et al. for the World Development Report 2012: Gender equality and development. <http://wdronline.worldbank.org/worldbank/a/nonwdrdetail/230>.
59. UNDP and WHO. 2009. The Energy Access Situation in Developing Countries, A review focusing on the Least Developed Countries and Sub-Saharan Africa. http://content.undp.org/go/cms-service/stream/asset/?asset_id=2205620.
60. International Energy Agency. 2010. World Energy Outlook 2010. www.worldenergyoutlook.org/publications/weo-2010/.
61. Wilkinson et al. 2009. Public Health Benefits of Strategies to Reduce Greenhouse-gas Emissions: Household Energy, Lancet 374: 1917-29. Referenciado em World Bank. 2011. Household Cook stoves, Environmental Health and Climate Change: A new look at an old problem. <http://cleancookstoves.org/wp-content/uploads/2011/05/Household-Cookstoves.pdf>.
62. Global Village Energy Partnership International. 2009. Cook stoves and Markets: Experiences, Successes and Opportunities www.hedon.info/docs/GVEP_Markets_and_Cookstoves.pdf.
63. United Nations. 2010. International Year for Sustainable Energy for All. General Assembly resolution 65/151 of 20 December 2010. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/521/60/IMG/N1052160.pdf?OpenElement>.
64. United Nations Sustainable Energy for All website: www.sustainableenergyforall.org.
65. United Nations. 2010. World urbanization prospects: The 2009 revision. United Nations Population Division.
66. Ibid.
67. UN-HABITAT and WHO. 2011. Hidden Cities: Unmasking and Overcoming Health Inequities in Urban Settings. www.hiddencities.org.
68. UN-HABITAT. 2006. State of the World's Cities 2006/7. The Millennium Development Goals and Urban Sustainability: 30 years of shaping the habitat agenda. www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2101. Veja também: www.unwomen.org/2011/06/un-launches-initiative-to-make-cities-safer-for-women-and-children/.

69. UN-HABITAT. 2010. Gender Equality for Smarter Cities: challenges and progress. www.unhabitat.org/pms/ListItemDetails.aspx?publicationID=2887.
70. UNFPA. 2012. Urbanisation, Gender and Poverty. Technical Briefing, March 2012. www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/UNFPA_gender_March%202012.pdf.
71. United Nations. 2012. The empowerment of rural women and their role in poverty and hunger eradication, development and current challenges, report of the Secretary-General, E/CN.6/2012/3. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw56/documentation.htm.
72. COHRE. 2008. Violations of women's housing rights in Kenya's slum communities. www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/info-ngos/COHREKenya41.pdf.
73. Tamasha Vijana, Tanzania Development Research Group. 2008. Mapping adolescent vulnerability to HIV in Dar es Salaam: results of an exploratory study. [www.jlica.org/userfiles/file/Tz-DeS-prevention%20draft%20-0308%20\(2\).pdf](http://www.jlica.org/userfiles/file/Tz-DeS-prevention%20draft%20-0308%20(2).pdf).
74. Liberia's Sirleaf Market Women's Fund website: www.smwf.org.
75. UN Women. 2012. UN Launches Initiative to Make Cities Safer for Women and Children. Press release 22 June 2011. www.unwomen.org/2011/06/un-launches-initiative-to-make-cities-safer-for-women-and-children/.
76. UN-HABITAT. 2010. Gender Equality for Smarter Cities: challenges and progress. www.unhabitat.org/pms/ListItemDetails.aspx?publicationID=2887.
77. OECD. 2007. Violence Prevention and Empowerment in the Township of Khayelitsha, South Africa. Stories of Empowerment. www.oecd.org/dataoecd/50/29/48869536.pdf.
78. World Bank. 2010. Mainstreaming Gender in Road Transport: Operational Guidance for World Bank Staff. Transport Papers, TP-28 March 2010. <http://go.worldbank.org/Z12UYB4Ano>.
79. United Nations. 2010. The World's Women 2010: Trends and Statistics, ST/ESA/STAT/SER.K/19. http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW_full%20report_color.pdf.
80. Ibid.
81. United Nations. 2011. The Millennium Development Goals Report 2011. www.un.org/millenniumgoals/11_MDG%20Report_EN.pdf.
82. UNICEF and WHO. 2008. Progress on Drinking Water and Sanitation: Special focus on sanitation. http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241563673_eng.pdf.
83. ILO. 2008. Green Jobs: Facts and Figures. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_098484.pdf.
84. World Bank. 2012. World Development Report 2012: Gender Equality and Development. <http://go.worldbank.org/6R2KGVEXPo>.
85. ILO. 2009. Global employment trends for women. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_103456.pdf.
86. ILO. 2008. Green Jobs: Facts and Figures. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_098484.pdf.
87. International Labour Foundation for Sustainable Development. 2009. Green Jobs and Women Workers: Employment, Equity, Equality. www.sustainlabour.org/IMG/pdf/women.en.pdf.
88. Clean Energy Ministerial website: www.cleanenergyministerial.org/our_work/women_in_clean_energy/index.html e www.cleanenergyministerial.org/pdfs/factsheets/FS_C3E_April2012.pdf.
89. Lakshmi Puri. 2004. Trade in Services, Gender and Development: A Tale of Two Modes, in United Nations. 2004. Trade and Gender: Opportunities and Challenges for Developing Countries. http://unctad.org/en/docs/edm20042_en.pdf.
90. United Nations. 2012. Economic Empowerment of Women. Report of the Secretary-General. E/CN.6/2012/10. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2012/10.
91. World Bank. 2012. World Development Report 2012: Gender Equality and Development. <http://go.worldbank.org/6R2KGVEXPo>.
92. Ibid.
93. ILO. 2002. Decent work and the informal economy, Report VI, 90th Session of the International Labour Conference. www.ilo.org/ilc/ILCSessions/90thSession/WCMS_078849/lang--en/index.htm.
94. United Nations. 2012. Economic Empowerment of Women. Report of the Secretary-General. E/CN.6/2012/10. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2012/10.
95. A concepção do programa e os resultados discutidos são aqueles do Bolsa Família, já que o Bolsa Verde usa a estrutura operacional estabelecida por seu antecessor e não está em funcionamento por tempo suficiente para análise. O resumo dos resultados não pretende ser abrangente; para uma discussão em profundidade, ver: UNDP. 2010. Conditional cash transfer programmes and gender vulnerabilities: case studies of Brazil, Chile and Colombia. International Policy Centre for Inclusive Growth Working Paper No. 69. www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper69.pdf.
96. United Nations. 2012. Economic Empowerment of Women. Report of the Secretary-General. E/CN.6/2012/10. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2012/10.
97. ILO. 2004. Breaking Through the Glass Ceiling: Women in Management. www.ilo.org/dyn/gender/docs/RES/292/f267981337.
98. United Nations. 2011. World Population Prospects: The 2010 Revision. United Nations Population Division.
99. UNESCO. 2010. Education for All Global Monitoring Report 2010: reaching the marginalized. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001866/186606e.pdf>.
100. UNESCO. 2010. Global Education Digest 2010: Comparing Education Statistics Across the World. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001894/189433e.pdf>.
101. Ibid.
102. ILO. 2008. Green Jobs: Facts and Figures. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_098484.pdf.
103. European Commission website: http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/gender-pay-gap/national-action/law/index_en.htm.
104. OECD. 2008. Gender and Sustainable Development: Maximizing the Economic, Social and Environmental role of women. www.oecd.org/dataoecd/58/11/40881538.pdf.
105. Center for Gender Equality and Ministry of Social Affairs. nd. Gender Equality in Iceland. <http://sgdatabse.unwomen.org/uploads/Center%20for%20Gender%20Equality.pdf>.
106. American Chamber of Commerce in France and Business and Industry Advisory Committee to the OECD. 2012. Putting all our Minds to Work: Harnessing the Gender Dividend, The Business Case. Advanced copy: www.biac.org/pubs/women/20120522_BIAC_Gender_Report_at_MCM_AdvancedCopy.pdf.
107. United Nations. 2009. Progress in mainstreaming a gender perspective in the development, implementation and evaluation of national policies and programmes, with a particular focus on the equal sharing of responsibilities between women and men, including caregiving in the context of HIV/AIDS. Report of the Secretary-General. E/CN.6/2009/4. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw53/OfficialDocuments.html.
108. Ibid.
109. Emily Esplen. 2009. Gender and Care: Overview Report. Institute of Development Studies, University of Sussex. www.bridge.ids.ac.uk/reports/cep_care_or.pdf.
110. WHO. 2002. Health in Sustainable Development Planning: The role of indicators. Chapter 1 on Issues in Health, Environment and Sustainable Development. www.who.int/wssd/resources/indicators/en/.
111. The Girl Effect: The World's Greatest Untapped Solution. www.girleffect.org/uploads/documents/2/Girl_Effect_Media_Kit.pdf.
112. WHO. 2009. Women and Health: Today's Evidence, Tomorrow's Agenda. www.who.int/gender/women_health_report/en/.
113. Ibid.
114. Huairou Commission. 2010. Valuing and Compensating Caregivers for their Contributions to Community Health and Development in the context of HIV and AIDS: An Agenda for Action. http://huairou.org/sites/default/files/HBC_final%5B1%5D.pdf.
115. WHO. 2009. Women and Health: Today's Evidence, Tomorrow's Agenda. www.who.int/gender/women_health_report/en/.
116. United Nations. 2012. Actions to strengthen linkages among programmes, initiatives and activities throughout the United Nations system for gender equality, the empowerment of women and girls, protection of all of their human rights and elimination of preventable maternal mortality and morbidity. Report of the Secretary-General. E/CN.6/2012/9. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw56/documentation.htm.
117. Ibid.
118. United Nations. 2011. Saving the Lives of 16 Million: September 2011 Update, Global Strategy for Women's and Children's Health. www.who.int/pmnch/media/membernews/2011/EWEC_pogressupdate2010-2011.pdf.
119. Ministry of Foreign Affairs of Norway. 2011. Harnessing innovation to the Global Strategy for Women's and Children's Health: ideas for connecting the world's poorest billion. Thematic report for the Global Campaign for the Health Millennium Development Goals 2011. www.who.int/pmnch/media/membernews/2011/20110920_ewec_2011update/en/index.html.
120. Ibid.
121. UNESCO. 2010. Global Education Digest 2010: Comparing Education Statistics Across the World. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001894/189433e.pdf>.
122. UNESCO. 2011. Global Education Digest 2011: Comparing education statistics across the world. Focus on Secondary Education. www.uis.unesco.org/Education/Pages/ged-2011.aspx.
123. UNESCO. 2012. World Atlas of Gender Equality in Education. www.unesco.org/Education/Documents/unesco-world-atlas-gender-education-2012.pdf.
124. United Nations. 2010. The World's Women 2010: Trends and Statistics, ST/ESA/STAT/SER.K/19. http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW_full%20report_color.pdf.
125. UNESCO. 2011. Global Education Digest 2011: Comparing education statistics across the world. Focus on Secondary Education. www.uis.unesco.org/Education/Pages/ged-2011.aspx.
126. United Nations. 2011. Progress in mainstreaming a gender perspective in the development, implementation and evaluation of national policies and programmes, with a particular focus on access and participation of women and girls in education, training, science and technology, including for the promotion of women's equal access to full employment and decent work. Report of the Secretary-General. E/CN.6/2011/5. www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw55/documentation.htm.
127. UNESCO. 2011. Education for All Global Monitoring Report 2011. www.efareport.unesco.org. Veja também www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/GMR/pdf/gmr2010/MDG2010_Facts_and_Figures_EN.pdf.
128. Ibid.
129. Ibid.
130. Emmanuela Gakidou et al. 2010. Increased educational attainment and its effect on child mortality in 175 countries between 1970 and 2009: a systematic analysis. *Lancet* 2010, 376: 959–74 <http://globalhealthcenter.umn.edu/documents/educationalattainment-lancet2010.pdf>.
131. Unpublished material provided by representative of the Government of the United Arab Emirates.
132. World Economic Forum. 2011. The Global Gender Gap Report 2011. www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2011.pdf.
133. Masdar Institute website: www.masdar.ac.ae/inc/7/details.php?type=news&id=86.
134. United Nations. 2010. The World's Women 2010: Trends and Statistics, ST/ESA/STAT/SER.K/19. http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW_full%20report_color.pdf.
135. UNESCO. 2012. World Atlas of Gender Equality in Education. www.uis.unesco.org/Education/Documents/unesco-world-atlas-gender-education-2012.pdf.
136. Ibid.
137. Ibid.
138. United Nations Millennium Project. 2005. Taking action: achieving gender equality and empowering women. Achieving the Millennium Development Goals. Task force on education and gender equality. www.unmillenniumproject.org/reports/tf_gender.htm.

A ONU Mulheres é a organização da ONU dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Trabalhando pelas mulheres e meninas a nível global, a ONU Mulheres foi criada para acelerar o progresso no atendimento de suas necessidades em todo o mundo.

A ONU Mulheres apoia os Estados-Membros da ONU no estabelecimento de padrões globais para alcançar a igualdade de gênero e trabalha junto aos governos e à sociedade civil para formular as leis, políticas, programas e serviços necessários à implementação desses padrões. Ela defende a participação equitativa das mulheres em todos os aspectos da vida, com foco em cinco áreas prioritárias: aumentar a liderança e a participação das mulheres; eliminar a violência contra as mulheres; engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança; reforçar o empoderamento econômico das mulheres; e fazer da igualdade de gênero um elemento central para o planejamento do desenvolvimento e o orçamento nacional. A ONU Mulheres também coordena e promove o trabalho do Sistema ONU no avanço da igualdade de gênero.



UN Women
220 East 42nd Street
New York, NY 10017, USA
www.unwomen.org
www.facebook.com/unwomen
www.twitter.com/un_women
www.youtube.com/unwomen

